

JOÃO RIBEIRO

RUDIMENTOS

DE

HISTORIA DO BRASIL

(CURSO PRIMARIO)

LIVRARIA FRANCISCO ALVES

166, RUA DO OUVIDOR, 166—Rio de Janeiro

S. PAULO
65, Rua de S. Bento

BELLO HORIZONTE
Rua da Bahia

1910

SA
38-7
22



00000193

HISTORIA DO BRASIL

Obras do mesmo Autor

Propriedade da LIVRARIA FRANCISCO ALVES

Historia do Brasil , para Gymnasios e Escolas Normaes, curso superior, edição. 1 vol. cart.....	4\$000
HISTORIA DO BRASIL , para Escolas Primarias, adoptada para uso das Escolas do Estado de Minas, curso medio. 1 vol. cart.....	1\$000
HISTORIA DO BRASIL (Rudimentos de), para Escolas Primarias, curso primario. 1 vol. cart.....	1\$000
AUTORES CONTEMPORANEOS . Selecta dos autores do seculo XIX, adoptada pelo Governo para os exames das linguas franceza, ingleza e allemã. Edição contendo numerosas annotações. 1 vol. cart.....	3\$000
GRAMMATICA PORTUGUEZA , da infancia, curso primario (1º anno). 1 vol. cart.....	1\$000
GRAMMATICA PORTUGUEZA , elemental, curso medio (2º anno). 1 vol. cart.....	2\$000
Grammatica Portugueza , curso superior (3º anno). 1 vol. cart.....	3\$000
DICCIONARIO GRAMMATICAL . 1 vol. cart.....	4\$000
HISTORIA DO BRASIL (edição do Centenario). 1 vol. cart..	3\$000
LIVRO DE EXERCICIOS , para servir com a Grammatica do 1º anno. 1 vol. cart.....	1\$000
<hr/>	
SELECTA CLASSICA — Periodo archaico, periodo classico; quinhen-tistas e seiscentistas; com annotações philologicas e gramma-ticas. 1 vol. cart.....	4\$000
HISTORIA ANTIGA (Oriente e Grecia). 1 vol. cart.....(exgotada)	
Frazes Feitas (Explicação de proverbios e modismos verna-culos). 1 vol., br. 3\$500, enc. em carneira.....	4\$500
Segunda série das FRAZES FEITAS . 1 vol., br. 3\$500, enc.	4\$500

23707

JOÃO RIBEIRO

O. R.
E. N. de E.

RUDIMENTOS
DE
HISTORIA DO BRASIL

(CURSO PRIMARIO)



LIVRARIA FRANCISCO ALVES.
166, RUA DO OUVIDOR, 166—Rio de Janeiro

S. PAULO
65, Rua de S. Bento

BELLO HORIZONTE
Rua da Bahia

1910

118X195
Biblioteca Nacional de Maestros

Typ. da Livraria Francisco Alves

ADVERTENCIA

A HISTORIA DO BRASIL do auctor foi tratada em tres cursos, que não divergem senão pela quantidade de materia.

Este é o CURSO INFERIOR e contém apenas os rudimentos da historia patria.

Ha ainda o CURSO MEDIO, e o CURSO SUPERIOR escripto para os Gymnasios.



PEDRO ALVARES CABRAL
Monumento de R. Bernardelli

HISTORIA DO BRASIL

I

0 descobrimento. Pedro Alvares Cabral

Summario. Descobrimento; a frota de Pedro Alvares Cabral. O *Monte Pascoal*. A primeira missa. Vera Cruz, Santa Cruz, Brasil. Vaz de Caminha.

No dia 9 de março de 1500, saía do Tejo uma grande armada de treze caravelas e mais de mil homens de guarnição.

A armada partia em demanda da India para continuar a conquista do commercio e do caminho maritimo para aquella remota região, já encetada por **Vasco da Gama**. Havia um seculo que se faziam descobrimentos de terras não conhecidas para o occidente e para o sul da Europa; oito annos

antes, Christovão Colombo, genovez, a serviço de Espanha, tinha descoberto terras da America (1492).

Propositadamente desviou-se a frota portugueza do rumo habitual, diz-se que para evitar as calmarias africanas, e, é possível também erêr, pelo instincto de novos descobrimentos a oeste, que já os havia e eram sabidos de todos.

Commandava a frota, **Pedro Alvares Cabral**, fidalgo e amigo de Vasco da Gama, e por este recommendado a el-rei **D. Manoel** para succedel-o na conquista do oriente.

Tambem fôra experiencia e conselho de Gama, esse novo rumo, a loeste das terras africanas; parecia-lhe melhor descer todo o Atlantico, sempre ao largo, até a latitude do cabo da Boa-Esperança, para só então dobral-o e demandar os mares orientaes. Assim fez **Cabral**; mas de tal modo, se afastou da costa africana que aos 21 de abril viu pelo mar ervas fluctuantes e outros indicios de terra proxima, e no dia 22 avistou um monte de fórma arredondada, a que deu o nome

de **Monte Pascoal**. Este momento marca a era da descoberta do Brasil. ⁽¹⁾

No dia seguinte velejou **Cabral** sempre á vista da terra, até que a sondagem accusou pouco fundo junto ao **Rio do Frade**; procurou entretanto melhor abrigo, e, seguindo sempre para o norte, pôde achar um porto «muito bom e mui seguro» que foi provavelmente a enseada hoje de **Santa Cruz**. Num ilhéu que havia dentro do porto foi celebrada a **primeira missa** a 26 de abril, domingo de Pascoela.

Outra missa foi celebrada no dia 4º de maio, em terra firme, com mais pompa e na presença dos indios que, em grande numero, espantados, assistiam ás ceremonias do culto, examinando as vestes insolitas dos portuguezes e a grande cruz de madeira que ajudaram a erguer ao pé do altar.

(1) Celebra-se no dia **3 de maio** a data do descobrimento, por ser esta a tradição mais antiga. A historia, porém, melhor estudada, verificou ser o dia 22 de abril o da descoberta, segundo a primeira narração escripta, que é a carta do escrivão da frota **Vaz de Caminha**.

A terra que os descobridores suppozeram ser uma ilha, foi chamada da « Vera Cruz », ao depois « Santa Cruz ». Prevaleceu, porém, pouco mais tarde, o nome **Brasil**. A 2 de maio aprestaram-se para a partida, e, deixando em terra dois degredados, como era costume, na esperança de mais tarde utilizal-os como interpretes, velejaram para a India, sendo mandada uma náo a Portugal para levar a noticia do descobrimento, escripta pelo escrivão da armada **Pero Vaz de Caminha**.

II

A primeira exploração

Summario. Primeira expedição ; Americo Vespuçio. O reconhecimento do litoral do cabo S. Roque a S. Vicente.

A noticia da descoberta da Terra de Vera Cruz causou grande e alegre surpresa na côrte de **D. Manoel**, o rei afortunado. Era mais uma esperança de riquezas imprevisitas ; a grandeza que d'essa terra dizia Vaz de Caminha fez com que logo se apresentasse uma esquadra para reconhecer o paiz e as suas costas.

A primeira expedição de tres navios deixou o Tejo em maio de 1501 ; não se sabe bem quem a commandava, senão que seria provavelmente o mesmo que levára a noticia do descobrimento. Seja como fôr, a pessoa mais eminente que nella embarcára

foi decerto **Americo Vespuccio**, o piloto e marinheiro mais instruido do seu tempo, e que foi tambem o primeiro orgão de des-credito da nossa terra; na viagem encontraram em Cabo Verde a **Pedro Alvares Cabral**, que voltava já da India.

A frota de exploração veio tocar a costa brasileira no cabo de S. Roque, e correu-a toda de norte a sul até ao cabo de Santa Maria (Uruguay); por onde foram passando, deram os exploradores, conforme o calendario, os nomes de santos aos accidentes geographicos: cabo de **S. Roque** (16 de agosto), cabo de **Santo Agostinho** (28 de agosto), rio **S. Francisco** (4 de outubro), Bahia de **Todos os Santos** (1 de novembro), cabo de **S. Thomé** (21 de dezembro), «Rio de Janeiro»? (1º de janeiro de 1502), **Angra dos Reis** (6 de janeiro), **S. Vicente**, (22 de janeiro); esmorecendo o chefe da expedição, Vespuccio tomára o rumo de sueste, depois de viagem tempestuosa, e chegou a Lisboa a 7 de setembro de 1502.

Depois d'essa exploração, a terra de Santa Cruz caiu em verdadeiro olvido, durante alguns annos. (1)

(1) Comquanto fosse esta primeira expedição a unica regularmente feita, outras houve: a de **Gonçalo Coelho** (ou C. Jacques, segundo outra opinião), que buscava uma passagem pelo sul para a India, tocou na Bahia e em outros pontos em 1503; no mesmo anno **Fernando de Noronha**, armador e particular, descobriu a ilha do mesmo nome, e **Afonso de Albuquerque** tocou no Brasil; **João Dias Solis**, espanhol, em 1515, visitou varios portos, e **Fernando de Magalhães**, portuguez a serviço de Espanha, em 1519, esteve no Rio e em outros lugares, seguindo para o sul como **Solis**; e ainda varios portuguezes ou estrangeiros, navegadores, aventureiros e piratas, estiveram no Brasil.



Indio UAPÉ do Amazonas

III

Os indios selvagens

Summario. Os indigenas; estado e grão de civilização. Os tupis e os bugres. Desintelligencia entre os conquistadores e os indios.

A terra então descoberta era habitada por uma gente da mais infima civilização; vivia da caça e pesca, não conhecia outras armas de industria ou de guerra senão o arco e a clava e andava em completa nudez. Entregues á natureza, não conheciam Deus nem lei, pois não era conhecel-os possuir o terror da superstição e o dos mais fortes. A feição dos indios, diz **Vaz de Caminha**, o es-
crivão da armada de Cabral, «é serem pardos, á maneira de avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos».

A principio suppoz-se que eram todos os indios do Brasil da mesma estirpe; mas dentro em pouco se percebeu que se distinguiam muito, uns de outros, pela diversidade dos costumes, sempre incultos, pela indole pacífica ou feroz ou ainda pelo habito de comerem a carne humana, o qual era apenas de poucas tribus; e distinguiam-se egualmente pela variedade das linguas.

Na região do litoral, que foi a melhor e mais cedo conhecida, predominavam, pelo numero e valentia, os **tupis**: eram differentes tribus, de sul a norte, com differentes nomes; mas a lingua d'ellas era com poucas differenças a mesma, d'onde se lhe chamou merecidamente mais tarde a **Lingua geral**.

Em todo o caso ainda hoje não se sabe bem **em quantas familias** distinctas se dividem os indios de todo o paiz; são muito conhecidos os tupis e foram quasi os unicos que mais ou menos se approximaram das povoações civilizadas, que outros mais **bugres**,

os **tapuias** ou **gês**, por exemplo, nunca poderiam supportar sem rancor. ⁽¹⁾

Portuguezes e indios praticavam-se mutuamente crueldades, porque não se entendiam e nem se podiam entender, attentos os differentes grãos de civilização. O indio tinha o sentimento da **propriedade collectiva** (da tribu), mas não o tinha da «propriedade privada»; os indios não julgavam fazer mal roubando; e assim muitos crimes que o

(1) Os indios do Brasil podem ser classificados em alguns grupos:

1. Os **Tupis-guaranis** são os mais civilizados, mais fortes e industriosos, e occupavam o litoral de sul a norte e as margens dos grandes rios Paraguay, Paraná, Amazonas: *tupis*, *guaranis*, *mundurucús*, *jurunas*, *apiacás*, *tamoios*, *omaguas*, etc.

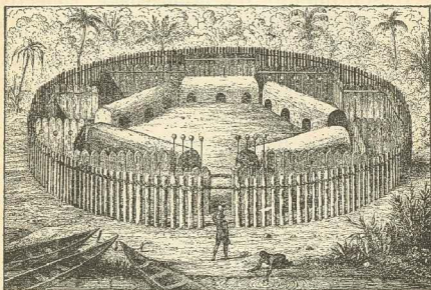
2. Os **Gês** (ou **tapuias**, como lhes chamavam os *tupis*), rudes, caçadores; em geral desconheciam a navegação e a ceramica: *botucudos*, *aimorés*, *suiás*, habitavam o centro do paiz.

3. Os **Nu Aruaks**: os *moxós*, *aruáks*, *paumaris*, *baures*, etc. Ao noroeste do Brasil.

4. Os **Caribas**: os *naucas*, *bacairis*, *palmelas*, *pimenteiras*. (Do rio Xingú para o Norte).

Algumas tribus de importancia não podem entrar nestes grupos geraes e ficam á parte: *kiriris*, *carajás*, *bororós*, *guaicurús*, *goitacás* (que parece extincto).

eram para os christãos, para elles nada significavam. Por outra parte, qualquer ultrage feito a um indio por um só portuguez, d'elle eram considerados responsaveis todos os portuguezes onde os encontravam, o que fazia parecer má fé, traição ou ferocidade



Taba de indios

gratuita da parte dos selvagens. Os civilizados entretanto ainda hoje, na guerra, responsabilizam povos inteiros pelos erros ou crimes de poucos individuos.

Tinham os conquistadores na conta de homens sobrenaturaes, fantasmas vindos do

mar, **caraibas**, e era natural que fossem submissos ante o invasor. Este, porém, pensou logo em transformal-os em escravos; a escravidão não era uma injúria para a consciencia dos negros, muito menos para a dos indios; mas era um acto, e o principal effeito da guerra.

A escravidão era tambem o trabalho e o castigo corporal, e o indio, de natureza indolente, não podia e não gostava de trabalhar. D'ahi nasceram muitos tumultos e vinganças atrozes.

IV

A colonização. Capitánias hereditarias

Summario. D. João III emprehende a colonização. Capitánias e donatarios.

Quando subiu ao throno portuguez **D. João III** (1521-1557), o novo rei lançou vistas resolutas sobre a colonia abandonada. Já então a India tinha sorvido muito das forças, cabedaes e vidas. Voltou, pois, o novo rei as suas vistas para o Brasil. O seu primeiro acto foi a criação de uma esquadra que devia estacionar e cruzar ao longo das costas brasileiras e ao mesmo tempo servir, quanto podesse, ao povoamento. Foi d'ella commandante **Christovão Jacques**, e compunha-se de seis náos. C. Jacques fundou feitorias em Itamaracá e Pernambuco e fortificou-as. Seguindo para

o sul, na bahia de Todos os Santos bateu e aprisionou 300 francezes, que levou para a Europa. Um anno mais tarde um galeão francez vingava esse desastre assolando a nova feitoria.

Tudo parecia recair no olvido, quando corre a Europa a noticia da abundancia de prata vista nas mãos dos selvagens do rio descoberto por Solis. A ambição despertou de novo a apathia antiga, e a duvida de que esse rio estaria dentro da linha de demarcação, fez logo equipar a esquadra que com **Martin Affonso de Souza**, armado de poderes absolutos, conjunctamente com **Pero Lopes**, seu irmão, partiu para o Brasil.

Tendo já no Brasil tres feitorias — Pernambuco, S. Vicente e Piratininga — D. João III desde o anno antecedente resolvera praticar o systema de colonização, que Christovão Jacques, natural da Madeira, já desde a expedição precedente havia, de accôrdo com o letrado **Diogo Gouveia**, proposto em 1527. Era o systema das capitánias here-

ditarias artes applicado na colonização da Madeira e dos Açores.

Christovão Jacques, ainda que o houvesse pedido, não foi contemplado. Eram n'ò, e de modo excepcional, os dois irmãos Souzas, Pero Lopes e Martin Afonso.

Foi dividido o paiz **em lotes**, pouco mais ou menos de cincoenta leguas de costa até á linha de demarcação pela terra dentro. Cada lote d'estes coube a um *capitão-mór* (e ás vezes mais de um lote), o qual deveria cuidar da povoação e prosperidade das suas terras, exercendo sobre ellas direitos senhoriaes quasi absolutos. Essas **capitanias** eram hereditarias e foram doze, a saber: *S. Vicente, Santo Amaro, Paraíba do Sul, Espirito Santo, Porto Seguro, Ilhéos, Bahia, Pernambuco*, e quatro capitanias da Paraíba até o limite extremo do Maranhão. Eram treze os donatarios, mas os quinhões foram *quinze*; os dois irmãos **Souza** tinham 180 leguas ou cerca de 4 quinhões.

Donatarios e Capitanias:

1. **Martin Affonso** — S. Vicente, isto é, de Cananéa a Cabo Frio.
2. **Pero Goes** — Paraíba, isto é, de Cabo Frio a Itapemerim.
3. **Vasco Fernando Coutinho** — Espirito Santo, da antecedente ao rio Mucury.
4. **Pero de Campo Tourinho** — Porto Seguro, do Mucury até limite não indicado.
5. **Jorge de Figueiredo Corrêa** — Ilhéos, até a barra da Bahia de Todos os Santos.
6. **Francisco Pereira Coutinho** — Bahia; da Bahia até a foz do rio S. Francisco.
7. **Duarte Coelho Pereira** — Pernambuco, desde a antecedente até ao norte do rio Iguaraçu.
8. **Pero Lopes** — (1) desde Itamaracá, até alcançar a bahia da Traição.
9. **Antonio Cardoso de Barros** — Ceará.
10. **João de Barros**, o historiador, e **Ayres da Cunha** -- Do Rio Grande ao Ma-

ranhão; excluindo os quinhões de Cardoso de Barros e Fernando Alvares.

11. **Fernando Alvares de Andrade** (parte do Piauíhy e Maranhão).

12. (O mesmo **Pero Lopes**) — (II) **Santo Amaro**, ao sul de S. Vicente. ⁽¹⁾

(1) As capitâneas do extremo norte (9ª, 10ª, 11ª) não foram colonizadas (a não ser no século XVII). As outras não prosperaram, salvo a de Pernambuco e a de S. Vicente. Os donatarios não tinham recursos sufficientes para povoar, fundar a agricultura e defender as capitâneas contra as aggressões dos corsarios do mar e dos indios. Por esta razão, nasceu a idéa de criar um *Governo geral* na Bahia.

SYNOPSIS GERAL

Datas e factos

1. **O descobri-
mento**
(1500) — Partida da frota de *Cabral* (9 de março). Avista terras do *Brasil* (22 de março). *Primeira missa* no ilhéu de Santa Cruz (26 de abril). *Missa* em terra firme (19 de maio). Prosegue a frota para a *India* (2 de maio).
Escrivão da armada: *Pero Vaz de Caminha*.
2. **Exploração.** — El-rei D. Manoel ordena a exploração da terra descoberta.
(1501-02)
Expedição de *Americo Vespuccio* (1501). Revelação do litoral desde o cabo de *S. Roque* (16 de agosto) até *S. Vicente* (22 de janeiro de 1502).
3. **Os Indios** — As gentes do Brasil. Costumes, aspectos. *Tupis* e *bugres*. A lingua *tupi* e a lingua *geral*.
Causas geraes de dissentimento entre portuguezes e selvagens: o roubo, o costume das *vinganças*, a *escravidão*.
4. **As Capita-
nias** — D. *João III* adopta o systema de *capitanias hereditarias* para o povoamento do paiz (*Diogo de Gouveia*).
Expedições de *Christovam Jacques* e de *Martin Affonso de Souza* (do cabo de S. Agostinho ao Rio da Prata).
As tres primeiras feitorias (1533): — *Pernambuco*, *S. Vicente*, *Piratininga*.
As *doze capitanias*: Santo Amaro, S. Vicente, Paraíba do Sul, Espirito Santo, Porto Seguro, Ilheos, Bahia, Pernambuco e as do extremo norte, só povoadas mais tarde, no seculo seguinte.

V

O Governo geral. Thomé de Souza, Duarte da Costa; Caramurú e Ramalho

Summario. Os governos geraes. Thomé de Souza. A fundação da capital. Nobrega. Duarte da Costa. O primeiro bispo. Anchieta. Caramurú. Ramalho.

A experiencia da fraqueza das capitánias e a ameaça constante dos piratas, na maior parte francezes, que impunemente commerciaavam com os indios e procuravam estabelecer-se na terra, induziram D. João III a crear o *Governo Geral do Brasil*.

Comprou-se para séde do governo a capitania da Bahia, á familia do donatario que ahí fôra victima dos selvagens, ponto magnifico pela excellencia do porto, como por estar quasi a meio das costas já aqui e alli occupadas desde Cananéa até Itamaracá.

Foi primeiro governador nomeado **Thomé de Souza** (1549-1553), homem prudente e sizado, como era sua fama, e que chegou a 29 de março de 1549 e logo, assistido de portuguezes que ahi estavam e dos indios, lançou os fundamentos da *Cidade do Salvador*, na chapada da montanha, no lugar que hoje se chama *cidade alta*. Na praia havia um pequeno nucleo de colonos antigos que foram transferidos para a cidade recém-fundada.

Thomé de Souza era um bastardo, porém de grande estimação entre a nobreza, pelos seus serviços e por « ser um homem sério ».

Com elle vieram um *Ouvidor-mór*, que tinha a seu cargo os negocios de justiça; um *Procurador*, que devia arrecadar os impostos e mais dinheiros da corôa, e um *Capitão-mór da costa*, que devia viajar e guardar o litoral.

Em companhia de Thomé de Souza vieram seis Jesuitas sob a direcção do Padre **Manoel da Nobrega**. Vinham para cate-

chizar os indios e prestar á colonia os serviços da religião e dos bons costumes, então quasi abandonados.

Thomé de Souza organizou a defeza das colonias, fortificando-as e tornando obrigatorio por toda a parte o **serviço militar**. Protegeu os indios, mas não sem castigal-os severamente quando necessario; de uma feita, tendo estes assassinado e devorado dois portuguezes, aprisionou dois *murubixabas* (assim chamavam os indigenas aos chefes), atou-os á bocca de uma peça, que fez disparar em seguida. Essa crueldade foi bem inutil, e parece inexplicavel num homem como Thomé de Souza. Percorreu varias vezes as capitancias, dando auxilio e conselho, creando povoações (**Conceição de Itanhaen e Santo André**).

No seu governo o Brasil foi feito bispado (separado do Funchal, de que dependia), e o primeiro Bispo foi **D. Pero Fernandes**, que chegou em 1552.

Duarte da Costa — (1553-1558) foi o successor de Thomé de Souza. A sua admi-

nistração foi muito mais tempestuosa que a de Thomé de Souza; no seu tempo os indios, em grande alliança sob o commando de um terrivel cannibal, *Cunhã-bebe*, desde o Cabo Frio até a Bertioga, levantaram-se fazendo grandes mortandades e zombando dos portuguezes.

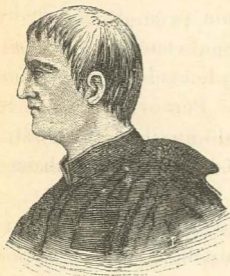
Tambem francezes calvinistas se estabeleceram numerosos na bahia do Rio de Janeiro (1555) com o chefe **Nicoláo de**

Villegagnon, que se fortificou na ilha que tem o seu nome hoje.

Duarte da Costa pedia recursos que nunca chegavam, e, não podendo combater, ficava na inacção, preferindo-a á vergonha da derrota.

Tambem vieram com elle novos jesuitas

e entre esses **José de Anchieta**, o apostolo do Novo Mundo, a quem se deve



PADRE ANCHIETA

ter chamado á civilização milhares de homens embrutecidos pela selvageria, e ter promovido a paz entre elles e os colonos, com risco de vida e com grandes, constantes e penosos trabalhos, nos quaes consumira a existencia.

Na administração de Duarte da Costa deram-se divergencias entre o bispo e o governador, sobretudo pela desmandada conducta do filho d'este, **Alvaro da Costa**, moço de grande coragem, porém de costumes soltos; formaram-se, entre os colonos, partidos de um e outro lado, que ameaçavam perturbar a ordem. O rei fez chamar o bispo e **Pero Fernandes** effectivamente embarcou em 1556; mas ainda nas costas do Brasil, nos baixios chamados de **D. Rodrigo** perto do rio Cururipe, naufragou, e com outros que iam foram devorados pelos **Caetés**. A consternação produzida por essa desgraça ao menos poz termo por algum tempo a todas as disputas.

Em 1558 Duarte da Costa terminou o seu governo.

Um anno depois morria na Bahia o celebre **Caramurú**, já muito carregado de annos, que fôra a testemunha dos grandes acontecimentos da terra, nos quaes tivera não pequena parte.

Esse **Caramurú** era um certo portuguez de nome Diogo Alvares, que havia naufragado na Bahia e conseguira com uma arma de fogo atemorizar os indigenas e maravilhal-os a ponto de ser por elles respeitado e acolhido como um deus ou um monstro surgido das aguas. Por elles foi appellidado **Caramurú** ou **Dragão do mar**. Diogo Alvares conviveu largos annos com os indios, entre os quaes deixou numerosa descendencia, e foi no tempo de Thomé de Souza um dos mais prestimosos auxiliares da fundação da cidade.

Tambem teve equal celebridade outro portuguez de nome **João Ramalho**, que no sul os primeiros colonizadores de S. Vicente encontraram em convivencia com o gentio, e que se suppõe um degredado ou talvez um naufrago como Diogo Alvares.

Tambem Ramalho tinha grande poder sobre os indios, que cegamente lhe obedeciam, e constituiu familia numerosissima, sobre a qual, com o correr dos annos, pois viveu muito tempo, exerceu verdadeira fascinação. Tornou-se assim e egualmente como o **Caramurú** ao Norte, um dos elementos que mais facilitaram aos colonizadores a difficil tarefa de impôr-se á estima dos selvagens.

VI

Men de Sá.

Expulsão dos francezes do Rio de Janeiro
e mais tarde do Maranhão

Summario. I. Men de Sá. Os francezes no Rio de Janeiro. A guerra da expulsão dos francezes. Estacio de Sá. Fundação da cidade do Rio. Salvador Corrêa. II. Dominio espanhol. Os francezes no extremo norte (Maranhão).

I

Já desde o tempo de **Duarte da Costa**, segundo governador, haviam estabelecido os francezes, sob o mando de **Nicoláo de Villegagnon**, uma colonia de protestantes na ilha de Seregipe na bahia do Rio de Janeiro, onde, attraíndo o gentio, faziam lucrativo commercio.

Villegagnon era um official de grande lustre da marinha franceza, e no seu tempo a França estava dividida pelas lutas religiosas entre calvinistas e catholicos. **Villegagnon** era do partido dos protestantes e por

isso resolveu procurar na America um refugio para os seus compatriotas e companheiros de religião.

O Rio de Janeiro, pela belleza do sitio já anteriormente visitado por piratas francezes, parecia o logar mais adequado.

As difficuldades em que se via **Duarte da Costa**, as dissensões com o bispo, a guerra dos indigenas em varias capitancias, junto á falta de maiores recursos, collocaram-n'o em completa inacção. A camara da Bahia pedia ao rei pelas *chagas de Christo* que viesse novo governo.

Aproveitando-se d'esta inacção, os francezes fortificaram-se e augmentaram a sua nova colonia, que entretanto não prosperava porque eram continuas e violentas as disputas religiosas entre os proprios calvinistas.

Neste momento, o Brasil portuguez recebeu novo governo.

Foi nomeado Men de Sá, homem experimentado e irmão do celebre poeta Sá de Miranda; amigo do rei, chegou com po-

deres amplos e para governar pelo tempo que quizesse. **Men de Sá** governou **15 annos**, de 1557 a 1572. Foi seu primeiro cuidado atalhar os abusos que encontrou na colonia; dominar os gentios rebeldes, pela força, e agrupal-os em aldeias dirigidas pelos jesuitas. Mas a questão principal era a dos francezes que se haviam aposado do Rio.

Chegado um reforço de náos que pedira para Portugal, resolveu expellil-os, o que logo fez derrotando-os, fazendo cem prisioneiros e em seguida demolindo e inutilizando as fortificações que encontrou no Rio de Janeiro.

Essa victoria, porém, fôra inutil porque a maior parte dos vencidos haviam-se internado nas florestas, de modo que, apenas Men de Sá se retirára, de novo os francezes voltaram ao litoral.

Tornava-se indispensavel fundar ahi uma cidade, nucleo de resistencia aos piratas. **Estacio de Sá**, sobrinho do governador, fortificou-se junto ao **Pão de Assucar**,

na *Praia vermelha*, e começou a escaramuçar contra francezes e indios, que principalmente occupavam a ilha do *Paranápuan* (mais tarde do **Governador**) e o litoral de oeste—até o rio Carioca. Essas guerrilhas, porém, nada traziam de definitivo. D'esse estado de cousas teve noticia **Men de Sá**, que embarcou na Bahia na esquadra de Christovão de Barros e reunindo reforço de gente, indios *temimimós* do Espirito Santo (com o seu cacique *Ararigboia*, a quem mais tarde foram doadas as terras de Niteroi) e outros recursos e canôas em S. Vicente, approou para o Rio de Janeiro e, investindo contra os francezes, tomou-lhes as posições de *Urucumirim* (praia do Flamengo) e *Paranápuan*; aqui a victoria foi completa, mas não sem a perda de muitos bravos e entre elles a de **Estacio de Sá**, ferido mortalmente no rosto por uma frecha.

Não tiveram os portuguezes o prazer de aprisionar a **Villegagnon**; suppunham-no no Rio de Janeiro, mas, tendo de vencer conspirações que se formaram contra

a rigidez da sua disciplina moral, já havia, muitos annos antes, abandonado a colonia. Foi então fundada a cidade do Rio de Janeiro no morro de S. Januario (hoje do Castello) sendo primeiro governador, Salvador Corrêa.

II

Os francezes continuaram a occupar varios pontos do Brasil.

Afinal escolheram o extremo norte, então absolutamente abandonado ⁽¹⁾. Jacques Riffault e Carlos de Vaux vieram aportar nas terras do **Maranhão**, para onde, captando a amizade e benevolencia do gentio; conseguiram attrair novas levas de colonos protegidos e acoroçoados pelo governo francez. Assim, um fidalgo, La Ravardière, e numerosos aventureiros, fundaram pros-

(1) Já então o Brasil, como Portugal, vivia sob o jugo dos *espanhóes*, desde 1580 a 1640. Com a morte do joven rei D. Sebastião e do rei cardeal D. Henrique, o throno portuguez foi usurpado pelos reis de Espanha.

pera colonia na ilha que chamaram de **S. Luiz** (em honra do rei de França). Vinte annos ahi estiveram os colonizadores, até que afinal os portuguezes resolveram expellil-os da terra; **Jeronymo de Albuquerque** conseguiu, senão vencel-os, contel-os com temor em 1614; mas só no anno seguinte **Alexandre de Moura** pôde, trazendo grandes recursos de guerra, banir os invasores do territorio (1615).

Ao mesmo tempo, e como medida de precaução, resolveram os portuguezes colonizar o extremo norte do Brasil desde o **Ceará** até o **Pará** (1616) região até essa época inteiramente abandonada aos indigenas e aos aventureiros.

VII

A guerra hollandeza.

Invasão. Perda e restauração da Bahia

(1624-1625)

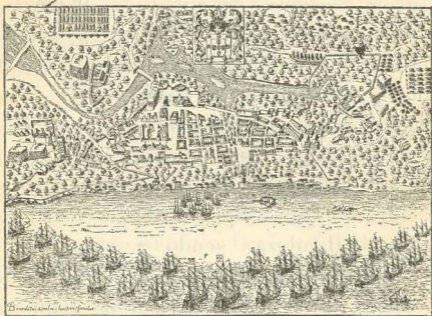
Summario.— Causas das invasões. A *Companhia* hollandeza das *Indias*. Invasão e perda da Bahia. Restauração do dominio portuguez.

Sob o dominio espanhol viveu Portugal, como o Brasil, de 1580 a 1640.

A Hollanda estava em guerra com a Espanha. Organizou-se naquella republica uma **companhia** com grandes cabedaes para o fim de com esquadras arrancar á Espanha os thesouros que cursavam o mar coalhado de galeões que vinham do Mexico, Perú e das Indias e egualmente conquistar algumas terras proprias para o commercio, do oriente ou occidente.

A **Companhia** chamou-se das *Indias Occidentaes*, porque se destinava a operar na America, bem como uma outra das

Indias Orientaes desde antes operava na Asiã, com immensos prejuizos para a Espanha. Resolveu fazer invadir o Brasil, e de preferencia conquistar a cidade do **Salvador**. Equipou uma esquadra de vinte e tres navios e tres iates conduzindo mil e sete-



Planta da Bahia em 1625

centos soldados, além de mil e seiscentos marinheiros de tripulação; o almirante foi Jacob **Willekens**; o vice-almirante, Pieter Pieterszoon Heyn; o commandante das tropas e futuro governador dos paizes que se conquistassem, Joan van Dorth.

A esquadra hollandeza fez-se ao mar em janeiro de 1624, e ancorou no dia 8 na Bahia de Todos os Santos.

Diogo de Mendonça Furtado, governador geral, recebera de Lisboa avisos da projectada invasão hollandeza, e chamou em soccorro da cidade os habitantes do reconcavo e do interior; estes, porém, demorando-se o inimigo, voltaram ás suas lavouras; resultando d'ahi achar-se o governador geral apenas com algumas dezenas de soldados e com pouco mais de mil paizanos armados, que, possuidos de terror, foram fugindo quando appareceu a esquadra hollandeza, sendo a cidade facilmente tomada no dia seguinte pelo major **Albert Schoutt** que, na falta de Joan van Dorth, commandou as tropas de desembarque e prendeu Diogo de Mendonça, que se retirára para o palacio depois de ter combatido com desespero.

Joan van Dorth chegou no dia seguinte, tomou conta do governo, e, reputando-se estabelecido com segurança o dominio hollan-

dez no Brasil, foram pouco a pouco retirando-se os diversos contingentes da esquadra.

Entretanto ia-se organizando no interior da Bahia um exercito para resistir ao inimigo, que desde logo ficou acurrulado na cidade Mathias de Albuquerque, governador de Pernambuco, achou-se designado nas vias de successão para substituir a Diogo Mendonça Furtado; emquanto, porém, se esperavam as suas ordens, foi escolhido para dirigir a administração e a guerra o bispo D. Marcos Teixeira, que prestou relevantes serviços, deu o commando das forças aos chefes Lourenço Cavalcanti e Antonio Carlos de Barros, animou a todos com seu exemplo e ardidez, poz em sitio a cidade do Salvador, e mais por certo fizera, senão tivesse succumbido a tanto labor naquelle anno.

No fim do mesmo anno de 1624, **D. Francisco de Moura**, natural do Brasil, chegou da Europa, despachado com o titulo de capitão-mór do reconcaço para tomar o commando das tropas na Bahia.

Entre os hollandezes tudo andava mal depois da retirada da esquadra; **Joan van Dorth** caíra em uma emboscada e morrera a golpes de espada em um combate corpo a corpo com o capitão Francisco Padilha; **Albert Schoutt**, seu successor, morreu tambem pouco depois; **Willem Schoutt**, irmão d'este, chamado a substituil-o, des-honrou-se por actos indignos que plantaram a indisciplina no exercito hollandez; a cidade do Salvador, emfim, cada dia mais apertada, achava-se em rigoroso sitio.

A 29 de março de 1625 uma numerosa esquadra espanhola e portugueza, commandada em chefe por **D. Fradique de Toledo Ozorio**, appareceu diante da Bahia, e, pondo-se logo em communicação com o exercito de terra e reforçando-o com as tropas de desembarque que trazia, occupou a barra, e completou assim o cerco da cidade.

No dia 1 de maio de 1625 as bandeiras espanhola e portugueza tremularam na cidade restaurada.

VIII

Ainda a guerra hollandeza.

Invasão de Pernambuco. Guerra da libertação

(1630-1649)

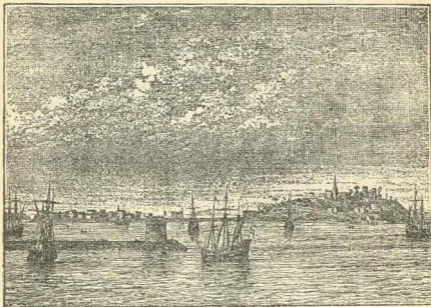
Summario. I. Loncq toma o Recife. Mathias de Albuquerque no *Arraial do Bom Jesus*. Calabar. Os heróes da resistencia: Camarão, Dias, Negreiros. II. Mauricio de Nassau. A insurreição. Guararapes. Taborda. A paz.

I

Foi o governo espanhol avisado de que os hollandezes com grande esquadra pretendiam invadir e conquistar Pernambuco. Essa capitania era de Mathias de Albuquerque, que então na Europa recebeu o ridiculo auxilio de 3 caravelas e 27 soldados.

A esquadra hollandeza, commandada por **Loncq**, era de sessenta navios, e appareceu diante do Recife, onde, por falta de defeza, os naturaes obstruíram a entrada

do porto, submergindo navios velhos. As tropas holandesas, cerca de tres mil homens, desembarcaram um pouco ao norte, sob o mando de **Weerdenburgh**, e com resistencia insignificante tomaram Olinda e



Pernambuco — O Recife

Recife, então abandonado da população que fugira para o interior.

Sucedeu aqui o mesmo que na Bahia. Organizaram-se emboscadas e guerrilhas com soldados e patriotas que se entrincheiraram a meio caminho entre Olinda e

Recife, no lugar que foi chamado o *Arraial do Bom Jesus*. A importancia d'este nucleo de reacção, ainda que exagerada pelos chronistas, foi todavia de alguma significação, por que inquietava fortemente os hol-



Alcaçar da Boa Vista — Pernambuco

landezes. **Mathias de Albuquerque** tirou d'esses poucos recursos grande audacia de planos. Mas a luta era, por desigual, precaria.

Portuguezes em grande numero aceitaram o commercio dos holandezes, que sa-

biam bem intencionados. O brasileiro **Calabar**, grande conhecedor do lugar, passou-se para as tropas inimigas; tem sido o seu nome por isso malsinado. Os holandeses dentro em pouco, embora inquietados pelas emboscadas, foram batendo os portuguezes e em successivas conquistas alargaram o dominio para o norte até o forte dos **Reis Magos** (R. G. do Norte) e para o sul até Porto Calvo e afinal o rio de **S. Francisco**. Durara cinco annos (1630-1635) a conquista.

Vendo-se baldo de recursos e de elementos de resistencia, **Mathias de Albuquerque** annunciou a sua retirada, convidando os que queriam ser fieis á patria e á religião a acompanharem-n'o. Uma grande turba de velhos e moços, mulheres e crianças, indios e escravos seguiram o chefe derrotado, arrostando as privações e os perigos da longa marcha por terra agora suspeita. Seguiram para o sul até as Alagoas. Ahi, em Porto Calvo, numa emboscada, aprisionaram a **Calabar**, e vingam-

ram-se dos seus desastres talvez com vê-lo expiar no patibulo o preço da deserção.



HENRIQUE DIAS

Cabo dos homens pretos na guerra hollandeza

No mesmo anno uma esquadra espanhola desembarcava nas Alagoas 1700 homens sob o mando de **D. Luiz de Rojas**

y **Borjas**, que vinha render a Mathias de Albuquerque. Logo na primeira batalha foram derrotados por **Artichofski**, morrendo nella o general espanhol. Voltou-se de novo, por falta de exercito regular, ao systema de *guerrilhas* em que já se haviam feito heróes o indio **Camarão**, o negro **Henrique Dias** e o branco **Vidal de Negreiros**.

II

Era então o governo hollandez em Pernambuco dirigido por um Principe, **Mauricio de Nassau**, modelo de justiça, de tolerancia, de liberdade e de talentô politico e militar. Logo que chegou ao Brasil, em 1637, tratou de consolidar a conquista e conseguiu pacificar o territorio até o extremo do rio de S. Francisco, onde fundou o forte de Mauricio (Penedo). Bagnuolo retrogradou até ás terras da Bahia. Pelo mar, os hollandezes fizeram represalias, atacando

a Bahia e o reconcavo e com o almirante **Huijgens** destroçaram na altura da Paraíba



PRINCIPE MAURICIO DE NASSAU
Governador do Brasil hollandez

uma esquadra espanhola de setenta e tres
náos, de **D. Fernando Mascarenhas**, que

logrou escapar e chegar á Bahia, só, numa pequena caravela.

Pouco tempo depois chegava ao Brasil a noticia da restauração de Portugal, que sacudira o jugo espanhol e acclamára rei **D. João IV**. Este grande acontecimento devia ser prenuncio da paz, porque a Hollanda dizia guerreiar a Espanha e não aos portuguezes. Não era, porém, motivo para que entregasse as conquistas feitas com sacrificio de vidas e de dinheiro. Entretanto, para tratar da questão celebrou-se um armisticio por alguns annos.

Os hollandezes aproveitaram-se d'esse armisticio com pouca lisura, estendendo mais os seus dominios até o Maranhão, pelo lado do norte, e até o rio Sergipe, pelo lado do sul; por ventura pensavam elles, como o pensava o mundo, que a independencia portugueza era precaria e succumbiria ao primeiro embate com a Espanha.

Pouca lisura tambem houve por parte do governo portuguez; porque em todos os actos officiaes reconhecia o dominio da

Hollanda no Brasil e ao mesmo tempo auxiliava secretamente e animava a revolta dos brasileiros contra aquelle dominio, sem se descuidar de negal-o em publico. Assim se foi pouco a pouco formando a resistencia; no Maranhão alguns portuguezes se revoltam e pegam em armas (1642). **Vidal de Negreiros** parte para Pernambuco (1644) e d'ahi sob pretexto e licença de visitar a familia na Paraíba, faz o percurso pelo interior, incitando as populações á revolta e chamando a seu partido, entre outros, o opulento fazendeiro **João Fernandes Vieira**; que se tornou a alma da guerra da libertação.

A insurreição foi preparada, e, havendo d'ella denuncia, rompeu antes do dia marcado (que era o de S. João), a **13 de junho de 1645**.

Esse movimento era favorecido pelo estado de espirito dos colonos. Viveram excellentemente sob o governo de Mauricio de Nassau; depois que este, porém, se retirara desgostoso dos negocios, o governo

caiu nas mãos de holandeses inhabeis, intolerantes e avidos, que faziam grande mal ao paiz e creavam muitos descontentes.

A insurreição pernambucana abriu uma serie de lutas por espaço de nove annos ;



Cerco do Recife pelas forças Luso-Brasileiras (1653)

aos seus homens, que se diziam os *independentes*, reuniram-se os famosos guerreiros Camarão, H. Dias e outros. Depois de um sem numero de escaramuças e combates parciaes, trava-se a primeira batalha

dos *Guararapes* (19 de abril de 1648), onde foram mais de quatro mil holandeses batidos pela metade em numero de brasileiros, que occupavam uma estreita passagem. O general Sigismundo **Schkoppe** retirou-se ferido.

O sitio do Recife obrigou os holandeses a uma nova sortida com o coronel **Van den Brincke**, que amanheceu o dia 19 de fevereiro occupando o alto dos **Guararapes**, vendo o exercito pernambucano a dominar egualmente uma altura fronteira. Ao meio dia trava-se a batalha que dura até á noite; o commandante hollandez morre na acção, e o seu exercito é derrotado deixando muitos prisioneiros e toda a artilheria (1649).

Essa victoria não decidiu dos acontecimentos futuros. A Hollanda, preocupada com a sua guerra contra a Inglaterra, abandonou as conquistas do Brasil aos seus proprios destinos.

Com quanto victoriosos, os pernambucanos não cogitavam ainda de apossar-se

do Recife, mas continuaram a luta com grande felicidade em outros pontos até que, cinco annos depois, em 1654, os holandeses abatidos cederam e capitularam, assignando o accôrdo da campina do *Tabor da*, pelo qual abandonavam o paiz e as armas e se concedia a amnistia aos portuguezes e a todos os que viviam sob a jurisdição hollandeza.

A victoria foi obra exclusiva dos patriotas. O governo portuguez não pôde prevalecer-se d'ella para impôr condições, o que era impossivel, pois a Hollanda conservava ainda a supremacia no Indostão e no Atlantico com as suas poderosas frotas.

O tratado de paz com a Hollanda só foi assignado em Haya em 1664, sendo rei de Portugal Affonso VI; por elle a Hollanda vendia caro as suas conquistas, obtinha a restituição da artilheria, garantia de liberdade religiosa e favores ao commercio hollandez e cinco milhões de cruzados de indemnização.

Logo depois da conquista do Recife, os espanhoes mandam uma esquadra commandada por **D. Antonio Oquendo**, que desembarca reforços na Bahia; ao encontro d'esta, desce de Pernambuco a esquadra hollandeza de **Adriano Patrid**; o combate trava-se nos mares perto da Bahia; na accção, é incendiado o navio de Patrid, que se lança ao mar envolto em seu pavilhão, dizendo aos companheiros que o queriam deter: *O oceano é o unico tumulo digno de um almirante batavo*. As duas frotas grandemente soffreram: os navios hollandezes recolheram-se ao Recife e os de **Oquendo** retiraram-se do Brasil, deixando as tropas que traziam sob o mando de **Bagnuolo**, e eram 700 homens, que se foram reunir a Mathias de Albuquerque.

SYNOPSIS GERAL

Factos e datas

Lutas contra os invasores

1. **Governo** — Creação do governo geral (1549).
- Geral** A. O primeiro governador, *Thomé de Souza Thomé de Souza* (1549-1553).
Thomé de Souza (1549-1553).
e Duarte da Costa. Fundação da cidade da Bahia (1549). Os jesuitas e *Manoel da Nobrega*. O serviço militar. Fundação de Itanhaem e Santo André.
 O primeiro bispo, D. Pero Fernandes (1552).
 B. O segundo governador, *Duarte da Costa* (1553-1558). Levante dos indios capitaneados por *Cunhã-bebe*. Os jesuitas e José de Anchieta. *Nicoláo de Villegagnon* occupa o Rio de Janeiro (1555).
 Dissensões entre o governador e o Bispo. Naufragio do Bispo (1556).
 As lendas do *Caramurú* e de *J. Ramalho*.
2. **Os Francezes** — 1. *Men de Sá*, terceiro governador (1557-1572).
 A guerra contra os francezes estabelecidos na Guanabara. Fundação da cidade do Rio de Janeiro. Estacio de Sá e Salvador Corrêa de Sá.
 2. Os francezes no Maranhão. Jacques Riffault e La Ravardiére. Campanha de Jeronymo de Albuquerque (1614). Capitulação dos francezes (1615).
 Colon. do Ceará, Maranhão e Pará (1616).
- 2 A. **Maranhão** — Criação do Estado do Maranhão (do Ceará ao Pará) separado do Brasil, 1621. Primeiro governador do estado, Francisco Coelho de Carvalho.

3. **Os Hollan-** — *A.* A conquista e restauração da *Bahia* (1624-
dezes 1625).

O governador Furtado e o bispo D. Marcos Teixeira. Desembarque de Albert Schoutt (1624)

A defeza no *reconcavo*. A esquadra libertadora de D. Fradique de Toledo Ozorio (1625).

B. A conquista de *Pernambuco* por Weerdenburgh (1630). A defeza do *Arraial do Bom Jesus*. As guerrilhas; a traição de Calabar. Retirada de Mathias d'Albuquerque.

Henrique Dias, Camarão e Vidal de Negreiros.

O governo de *Nassau*.

A insurreição. João Fernandes Vieira.

As batalhas dos Guararapes. Capitul. do Taborada (1654). A paz de Haya (1661).

IX

O monopólio. Rebelião de Bekman

Summario. *A Companhia do commercio.* Rebelião popular.
Gomes Freire, pacificador.

A exemplo do que faziam holandeses, os portuguezes tambem organizaram frotas ou companhias de commercio para garantir o monopólio colonial. Eram uma necessidade do tempo, pois que os navios particulares não só podiam exercer o contrabando dos generos de que o governo tinha o privilegio, como ainda não podiam resistir ao ataque dos piratas.

A *Companhia do Commercio do Maranhão*, que tinha o monopólio da exportação e importação, logo depois de ser fundada (1682), se tornou antipathica ao povo, a quem servia mal e abusivamente.

Resolveram os colonos reagir contra o monopólio odioso, e, amotinados, acharam um chefe na rebeldia de **Manoel Bekman**, homem de espirito bem dotado, grande e rico proprietário, que já por velhos motivos se achava desavindo com o governo colonial.

Ahi nas suas terras celebraram os rebeldes reuniões secretas, d'onde escreviam cartas e boletins adrede espalhados afim de acender a revolta por todos os pontos.



GOMES FREIRE DE ANDRADE

se postou ameaçadoramente diante das portas da cidade.

Appareceu em S. Luiz, **Manoel Bekman** com mais de 60 cúmplices, e, aproveitando a presença do povo numa procissão religiosa que se fazia na noite de 24 de fevereiro (1684), formou uma grande reunião popular, que

«A duas cousas, dizia Bekman em inflammado discurso, devemos pôr termo — aos *jesuitas* e ao *monopolio*, afim de que tenhamos as mãos livres quanto ao commercio e quanto aos indios. Depois mandaremos um procurador a El-rei.»

Os *jesuitas*, de facto, oppunham-se á escravização dos indios, e o *monopolio* das companhias era um entrave ao commercio.

A multidão applaudia-o.

Um dos presentes, **Manoel Serrão de Castro**, desembainhando a espada: «Agora ou nunca, é o tempo de agir», disse. Todos lhe seguiram o exemplo.

Foram presos o governador Balthazar Fernandes e auctoridades civis e militares; a guarnição adheriu ao tumulto, e todos os fortes e a cidade caíram em poder dos revolucionarios.

Em seguida constituiram uma **Junta** com representantes, dois de cada classe: clero, nobreza e povo, a qual immediatamente decretou a abolição do monopolio e o banimento dos jesuitas.

O governo executivo da revolução coube a tres nobres, auxiliados por funcionarios e assistidos por dois *Procuradores do Povo*, que eram como os tribunos da plebe antiga. Um d'estes fôra o proprio **Bekman**, que ganhara grande prestigio sobre a massa popular.

O proprio governo do Pará, onde já haviam chegado alguns emissarios da revolução, teve de ficar inactivo, e deu-se por contente em preservar a sua capitania do contagio da rebelião, tomando o compromisso de representar oficialmente contra o monopólio.

No fim de algum tempo, muitos, atemorizados, queriam que se voltasse á ordem legal. Foi reintegrado no posto o commandante militar da cidade, **Miguel Bello da Costa**, que, dispondo da força mais disciplinada, com a debandada dos patriotas, se tornou o arbitro da situação, sem se atrever, comtudo, a dar decisivo golpe no governo revolucionario.

Chegava, enfim, de Lisboa, com uma expedição, o famoso guerreiro e estadista **Gomes Freire de Andrade**.

Pouco teve a fazer contra a revolução, que já estava dissolvida e desmoralizada. Um anno de governo é sempre demais para um regimen revolucionario; esperanças e ambições, que o tumulto e a anarchia favoreceram, agora, mal satisfeitas ou desengañadas, pediam a volta da ordem legal. **Gomes Freire** fez desembarcar as tropas, que se apossaram dos fortes e tiveram logo a adhesão da guarnição e do povo, que assistia impassivel ao desembarque.

Gomes Freire era um homem benévolo e tranquillo, e estava disposto a só agir contra a multidão em caso de resistencia armada.

Gomes Freire proclamou o perdão a todos, excepto áquelles aos quaes não lhe era possivel perdoar. Foram condemnados á morte **Manoel Bekman** e **Jorge de Sam-**

paio. Bekman, refugiado nos matos, foi preso pela delação infame de um seu afilhado e protegido de nome Lazaro de Mello (que mais tarde teve morte violenta, garroteado numa moenda). Os bens de Bekman foram confiscados, mas na hasta publica foram arrematados por **Gomes Freire**, que os restituiu á viuva e aos orfãos do desventurado.

X

Revolução nativista. Mascates

Summario. Rivalidade entre Olinda e Recife. A luta e a pacificação.

Tempos depois da guerra hollandeza, em Pernambuco, foi pouco a pouco nascendo odioso antagonismo entre os brasileiros *senhores de engenho*, que em geral tinham casa em Olinda, e os negociantes portuguezes, que habitavam o Recife, appellidados, com desprezo, de *mascates*.

A reconstrucção de Olinda não lhe havia trazido o esplendor antigo e arruinado desde os hollandezes; não era mais admissivel que o Recife permanecesse como no outro tempo sob a jurisdicção da antiga capital. Acresciam a estas razões outras oriundas do espirito nativista dos pernambucanos, afer-

vorado na guerra em que foram os principaes, contra o estrangeiro.

Um signal constante d'esse antagonismo era por todos os meios e sempre excluir os portuguezes dos cargos municipaes. Os *mascates*, para evitar essa odiosidade, pediram para elevar-se o Recife á categoria de villa, e tanto o pediram que afinal a côrte de Lisboa lhes deu o justo despacho (1710).

O capitão general procedeu com prudencia, ao demarcar o novo municipio, só concedendo ao Recife as tres parochias da villa — (a península, a ilha de Santo Antonio e a Boa-Vista), e deixando todo o resto do territorio a Olinda. Fez-se a consagração do novo municipio, segundo o velho uso portuguez, plantando na praça principal o pelourinho, symbolo da auctoridade e da justiça. Essa cerimonia foi quasi feita ás occultas; as pedras do pedestal do pelourinho, depositadas primeiramente no pateo d'uma fortaleza, foram carregadas á noite e á noite mesmo argamassadas. Ao amanhecer Recife era cidade.

Veio por fim o presidente da camara de Olinda ter com o Governador e lançou o seu protesto, insinuando que quem soubera erguer um pelourinho, tambem poderia arrasal-o. O capitão general Castro fez prender a este e outros successivos oradores que o procuraram, e um dos quaes pertencia á familia dos Bezerras, de grande prestigio e influencia.

Dias depois, alguns perversos dispararam um arcabuz de balas hervadas sobre o governador Castro, em Boa-Vista, o qual, ferido, escapou todavia do perigo.

As condições então peioraram terrivelmente, e, não sabendo a quem responsabilizar, começou o governo desenfreiada reacção contra suspeitos e innocentes. Dois dos assassinos foram presos e de mistura com elles outras pessoas de consideração.

Logo houve divergencia entre o bispo de Olinda, Manoel Alvares da Costa, que saíra em viagem de correição pela diocese, em vez de assistir ao governador doente e impossibilitado, ao qual pela lei devia sub-

stituir em taes casos. Acompanhava o bispo um official de justiça suspeito de cumplicidade no attentado, e tropas foram enviadas para captural-o; o bispo, recusando a entrega a mão armada, bateu as tropas do Governador.

Foi esse o signal da revolução. A leva era geral; a nobreza, reunindo a sua gente, e eram vinte mil, sitiou apertadamente o Recife. O Governador, ainda de cama, sem recursos para resistir, embarcou para a Bahia e com elle ricos negociantes portuguezes.

O Recife cedeu aos sitiantes e dois dias durou a festa dos triumphadores; ao som de canticos religiosos arrasaram o pelourinho.

Reuniram-se afinal os vencedores numa assembléa; d'elles, o partido moderado e lealista indicava o bispo para tomar as redeas do poder; o partido mais exaltado, porém, dando maior significado á revolução, opinava por uma especie de republica, recordação do regimen hollandez, ainda não olvidado

em Pernambuco. Esse partido era, porém, uma minoria, e não prevaleceu.

Organizou-se o governo provisório de seis membros, todos brasileiros. Ainda se fiára tudo do rei, que deveria aceitar o facto consummado. Pouco a pouco a influencia do partido legal se foi accentuando e entregou-se o governo ao bispo de Olinda até á vinda do novo governador.

A guerra civil ainda teve varias phases de exacerbação, quando nella se envolveu um proprietario e famoso capitão negreiro, **Bernardo Vieira de Mello**.

Pouco a pouco, porém, quando já desmoralizados todos os chefes da rebellião, foi renascendo a moderação. As tendencias republicanas de outr'ora desapareceram e ambos os partidos diziam-se leaes á monarchia, moderação devida á presença do Bispo, que se passára ao partido dos revolucionarios. Ainda que estes obtivessem vantagens, não estava no temperamento do Bispo capitanear as levas guerreiras; deixou o governo, que passou ao Ouvidor Geral e ao se-

nado de Olinda. No correr da luta, que teve varias peripecias, o Recife conseguiu o auxilio e alliança do Capitão-mór da Paraíba, João da Maia da Gama; mas em verdade nenhum dos contendores conseguiu submeter o adverso. Nesse interim chegou de Lisboa uma frota portugueza trazendo o novo governador geral **Mendonça Castro e Vasconcellos**, a quem ambos os partidos enviaram mensagens cordiaes e acolheram com applausos.

Com a prisão e deportação de alguns recalcitrantes, estabeleceu-se a ordem com mais doçura do que crueldade; o Recife triumphou afinal, guardando os privilegios municipaes.

XI

Revolução nativista. Emboabas

Summario. Povoamento das minas. Rivalidades e lutas entre paulistas e forasteiros, alcunhados de *Emboabas*. Nunes Vianna.

No seculo XVII, as *bandeiras* de paulistas, grandes e numerosas expedições de caçadores de escravos indios, vieram pela exploração do interior a descobrir a existencia de minas riquissimas. Desde logo a ambição dividiu esses homens. A principio, as rivalidades começaram entre os bandeirantes de S. Paulo e os de Taubaté; ao depois, assumiram odioso aspecto quando, abalados com as maravilhosas noticias, os **forasteiros** do litoral e de além mar precipites buscaram a região dos thesouros. O movimento da imigração era extraordinario e o proprio go-

verno portuguez cogitou de refreiar e prohibir essas partidas de gente que ameaçavam despovoar o reino. Como quer que seja, os *forasteiros* que immigravam para a terra das minas, cedo perceberam que não poderiam viver sob o jugo oppressivo e selvatico de uma raça forte como a dos paulistas, acostumada ao mando e que por escarneo lhes chamava **emboabas**. A principio soffreram humildes o jugo, mas, crescendo em riquezas e em numero, ganharam a audacia e a consciencia do valor proprio. Para acabar as rixas que já iam nascendo e pôr um termo á anarchia e falta de segurança da terra ainda sem governo regular, pediram ao Governador geral do Rio de Janeiro que nomeasse um capitão que assegurasse a justiça.

Em uma terra, porém, onde não havia auctoridades, aos crimes succediam logo desforras e vinganças pessoaes, formando-se instinctivamente partidos execraveis em guerra de exterminio. Cada facção protegia ou dava guarida aos criminosos que a outra perseguia ou procurava punir, e, desde logo,

emboabas e **paulistas** tornaram-se irreconciliáveis inimigos. Desordens taes propagaram-se de modo que ardia o paiz em guerra civil, perfida e emboscada. Correndo a noticia de que os paulistas premeditavam realizar a mortandade de portuguezes, estes, alarmados, escolheram um chefe em **Manoel Nunes Vianna**, homem poderoso e valente, já conhecedor e parte nos primeiros tumultos que originaram a nova situação.

Nunes Vianna marchou com toda a sua gente para Ouro Preto, e destacou mil homens sob o commando de um conhecido facinoroso, **Amaral Coutinho**, em soccorro dos *emboabas* do Rio das Mortes. Conseguiu Coutinho com grande superioridade dominar e sitiar uma mata onde se refugiaram os paulistas; estes, conhecendo a inutilidade da resistencia, pediram paz e vieram depôr as armas. **Coutinho** preferiu deshonrar a victoria passando-os todos a fio de espada; houve protestos, mesmo entre os seus, contra essa infame e monstruosa immolação.

O governo teve que submeter-se ao ar-

bitrio dos vencedores entregando-lhes a manutenção da ordem.

Mas os que não podiam resignar-se a esse triumpho e a essa paz eram os paulistas.

Tomando subitamente de novo animo, aggreuiaram-se emfim sob o commando de **Amador Bueno**, de grande fama de intrepido, chegaram depois ao Rio das Mortes, onde acamparam triumphalmente. Breve triumpho, porém, porque, acossados pelos **forasteiros**, tiveram que retirar-se sem ignominia, mas sem lucro e sem gloria.

Caíra a região das Minas em poder dos forasteiros.

SYNOPSIS GERAL

Datas e factos

Guerras civis e rebelliões

1. **Rebellião de Bekman** — Desgosto contra o regimen do monopolio e odio aos *jesuitas* que condemnavam a escravidão dos indios.
 Rebellião de Bekman no Maranhão (1684).
 A junta revolucionaria e os *Juizes do Povo*.
 A expedição de *Gomes Freire de Andrade*.
2. **Os Mascates** — Rivalidade entre Olinda e Recife; entre pernambucanos e portuguezes.
 Elevação do Recife a villa (1710). A revolução.
 O capitão Castro capitula e embarca para a Bahia.
 A assembléa dos pernambucanos. Os *Juizes do Povo*; o bispo Manoel Alvares da Costa. Bernardo Vieira de Mello.
 Suffocação do movimento republicano.
 Adhesão ao novo governador Mendonça Castro e Vasconcellos (1711).
3. **Os Embaibas** — Os *paulistas* descobridores das minas entram em rivalidade com os *forasteiros*.
 Manoel Nunes Vianna e Amaral Coutinho. O combate do *Rio das Mortes*. A expedição de Amador Bueno.

XII

Francezes no Rio de Janeiro. Du Clerc e
Du Guay Trouin

Summario. I. Expedição de Du Clerc. Capitulação. II. Expedição de Du Guay Trouin. Tomada do Rio de Janeiro.

I

Pelos começos do seculo XVIII, por motivos de intrigas e combinações da politica européa, Portugal, e com elle o Brasil, attraiu a inimizade da França.

O capitão **Du Clerc**, da marinha franceza, com uma flotilha de seis navios, veio investir o Rio de Janeiro, a cidade mais rica do Brasil. A 16 de agosto appareceu em frente da barra e, encontrando resistencia, fez-se ao mar, e desembarcou em **Guaratiba** mil homens de combate. Sete dias marcharam os invasores através de florestas e

montanhas, desconhecendo os caminhos, para alcançar a cidade, onde afinal penetraram. Nessa marcha poderiam ser aniquilados, ainda com emboscadas, desnecessarias porque o governador do Rio de Janeiro, **Castro Moraes**, tinha á mão grandes e superiores recursos de gente armada e indios frecheiros.

Francisco de Castro Moraes, porém, era um espirito fraco; não se aprestou para a luta, e deixou que os inimigos acampassem e pernoitassem no *Engenho Velho*, em perfeito socego.

Pela manhã, os inimigos começaram a marcha, e para detel-os apenas appareceu um punhado de bravos estudantes, commandados por **Bento do Amaral Gurgel**, que foram logo batidos, e outros dirigidos por um frade trinario, **Fr. Francisco de Menezes**, que na descida do morro de Santa Thereza tiveram igual sorte. Perseguidos pelas ruas e dos morros, os francezes entraram no coração da cidade, descendo a rua da Ajuda e S. José até o mar. O mestre de

campo, irmão do governador, **Gregorio de Moraes**, e as companhias de estudantes constituíram então a resistencia que se foi tornando terrivel, ao passo que, encurralados num trapiche entre o mar e o fogo inimigo, os francezes, já muito dizimados e sob a ameaça de que far-se-ia saltar com barris de polvora o edificio onde se asylavam, deposeram as armas e renderam-se.

A esquadra de **Du Clerc** appareceu tarde, dois dias depois da catastrophe. Du Clerc ficou prisioneiro no Rio, onde conseguiu aliás a estima da sociedade. Seis mezes depois amanheceu no leito assassinado; o crime parece envolto em mysterio e crê-se que resultou de uma vingança privada.

II

O governo do Rio de Janeiro não cuidou de punir os criminosos, e attraiu sobre si, e de novo, a colera da França, indignada de tamanhos e injustos morticínios.

Coube a **Du Guay Trouin** a empreza de vingar os seus compatriotas. Organizou com abastados mercadores os aprestos da frota e tropas de combate que o governo concedeu ao habil e já então glorioso official. Eram ao todo dezeseis náos de differente porte da marinha real e mais quatro de particulares interessados nos lucros do empreendimento. Seguiu a esquadra a derrota traçada, e, em 12 de setembro, no meio dos costumados nevoeiros da Guanabara, sem se perceber a presença do inimigo, ouviu-se da cidade o troar da artilheria.

Não estavamos de todo desprevenidos para a luta. A côrte de Lisboa tivera noticia da premeditada aggressão, e já no porto do Rio de Janeiro se achava a frota real portugueza desde 30 de agosto e em posição de defeza; mas o capitão **Gaspar da Costa Atayde**, julgando tratar-se de rebate falso, cinco dias depois descuidosamente desembarcou com a sua gente. Ao troar da artilheria, o indeciso e negligente capitão, parece que já affectado da doença que o abalou

mais tarde, não tentou resistir e, desorientado, mandou picar as amarras dos navios e atear-lhes fogo.

Já nessa hora haviam penetrado no porto as náos de **Du Guay Trouin** aavez dos fogos das fortalezas. Os habitantes da cidade, do alto das montanhas, viram na manhã seguinte a tomada da ilha das Cobras, onde os francezes levantaram trincheiras e desembarcaram tres mil e trezentos homens, com petrechos de guerra.

O governador, como da vez passada, entregando tudo ao acaso, deixara-se ficar em desidiosa inacção. Os francezes, não querendo aventurar-se, como **Du Clerc** já havia feito, a combater no labyrintho das ruas, fortificaram-se na praia e intimaram a rendição da cidade. Na intimação exigiam a punição dos assassinos de **Du Clerc** e a satisfação das antigas offensas contra os prisioneiros deshumanamente trucidados. **Francisco de Castro** respondeu dignamente que defenderia a cidade até á ultima gota de sangue ;

mas a conducta que teve não correspondeu a esse arranco.

Em noite escura de trovoada e ao clareiar dos relampagos, emquanto em mal seguros botes desembarcavam os francezes para os lados de S. Bento, o povo fugia, homens, mulheres e crianças, pelo campo afóra, em terror. Os proprios soldados resentiam-se d'essa debandada, perdendo o espirito e a coragem. E logo um embaixador (que foi o ajudante de Du Clerc, prisioneiro) levou ao ousado invasor a declaração de que a cidade se entregava sem resistencia.

Seguiu-se horrivel saque de alfaias e fazendas pelos soldados, aos quaes se juntaram quinhentos prisioneiros que aqui estavam da guerra anterior; por obra d'estes foram comtudo poupadas as casas de amigos caridosos que os protegeram no captiveiro. **Du Guay Trouin** conseguiu, passando alguns pelas armas, estabelecer a disciplina da soldadesca.

A cidade foi então resgatada por 600 mil cruzados, fóra o que já se achava nas garras

dos saqueiadores e se avaliou em 30 milhões.

Chegavam, então, de Minas, grandes reforços, e era possível resistir com segura victoria; mas não se cuidou mais nisso e a vergonha do desastre consummou-se inteira.

XIII

As guerras do Sul.

A colonia do Sacramento e as Missões do
Uruguay

Summario. A fundação da colonia do Sacramento, no Rio da Prata. Tratado de limites. As Missões. Expulsão dos jesuitas, 1759. Ceballos. Tratado de Santo Ildefonso, 1777.

Para os lados do Sul da America, em 1673, o ultimo estabelecimento portuguez era **Laguna**, e o primeiro espanhol era **Buenos Aires**; o largo trecho intermedio do litoral estava desoccupado. Resolveu então D. Pedro II de Portugal crear um posto militar extremo no rio da Prata, sentinella avançada que devia guardar a fronteira portugueza da America. Foi assim fundada em 1680, na margem esquerda do Prata, a **Colonia do Sacramento**, pelo governador do Rio, **D. Manoel Lobo**.

Tornou-se `esta colonia, em terras cuja posse ainda não estava determinada, o verdadeiro pomo da discordia entre portuguezes e espanhoes.

Successivamente é ella tomada, saqueada, destruida e depois restituída e reedificada, conforme as vicissitudes da politica européa.

Poria termo a essas continuas questões um tratado que firmasse os verdadeiros limites do dominio portuguez e do espanhol. Foi de facto celebrado o tratado de **Madrid** (1750), pelo qual perdiamos a colonia do Sacramento, mas ganhavamos o territorio chamado das **Sete Missões**.

Nas terras entre o *Piratiny* e o *Ijuhy* os missionarios de Entre-Rios, jesuitas espanhoes, haviam fundado algumas *reduções* de indios guaranis, convertidos e civilizados, que trabalhavam na agricultura sob o regimen patriarchal dos padres que os dirigiam. Viviam nessas **Missões** por assim dizer independentes; eram espanhoes os jesuitas, mas o governo civil e militar de Bue-

nos Aires não intervinha jámais nesses aldeamentos nem mesmo para cobrar impostos, de que estavam exemptos.

Os **guaranis** conservavam a tradição de odio e horror aos brasileiros, nomeadamente aos paulistas, por causa do trafico da escravidão que estes exerciam, e não estava esquecida ainda a traiçoeira ruina e incendio das missões, realizada pelos bandeirantes no Paraná.

Quando, pois, os indios souberam que seriam incorporados ao dominio brasileiro, pelo novo tratado, levantaram-se unanimes. Ainda que o governo lhes proporcionasse o direito de transmigração com seus haveres para outros pontos, onde novas e excepcionaes vantagens lhes eram offerecidas, não lhes sorria entretanto a contingencia de abandonar as terras que haviam cultivado e onde nasceram e se criaram.

Intimaram as tropas brasileiras, que guarneciam o serviço de demarcação dos limites, a evacuar o territorio, e, começando

a resistencia, obrigaram-nas a pouco honrosa retirada (novembro de 1754).

Só em janeiro de 1756 foi possível reunirem-se o exercito espanhol e o portuguez para coagir os guaranis á obediencia da lei; foram assim submettidos. Muitos se passaram para a região espanhola e outros procuraram asylo na floresta virgem.

Sem duvida alguma entrava por muito na resistencia aos demarcadores a acção ou o conselho dos missionarios **jesuitas**, ao sul e ao norte do paiz. Nestas e noutras intrigas que os escravistas, os chamados livres pensadores e especuladores, avolumavam, e ainda em outros acontecimentos da historia portugueza, firmou-se o **Marquez de Pombal**, o ministro poderoso, para obter do fraco rei D. José a lei de 1759, que **aboliu na colonia a companhia dos jesuitas**.

Mais tarde era annullado o tratado dos limites. Outro, o de S. Ildefonso, se renovou em 1777.

Durante a questão de limites foi que se tornou indispensavel mudar a séde do Go-

verno geral da Bahia para o Rio de Janeiro, 1763. Assim, podia melhor o governo velar sobre as continuas dificuldades suscitadas pelos espanhoes do Prata. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento e a importancia das minas descobertas reclamaram esta deslocação da séde primitiva.

SYNOPSIS GERAL

Datas e factos

Guerras

1. **Repres-** — *A.* A expedição de *Du Clerc* contra o Rio de
lias Janeiro (1710).
francezas Desembarque em Guaratiba. O governador Francisco de Castro Moraes não resiste, apesar de possuir bastantes recursos. Resistencia patriótica e popular: Amaral Gurgel e Fr. F. de Menezes. Capitulação e rendição de *Du Clerc*.
B. A expedição de *Du Guay Trouin* fôrça a barra e desembarca na ilha das Cobras. Gaspar da Costa e a frota portugueza. O panico. Rendição da cidade; o saque e resgate por 600 mil cruzados.
2. **Guerras do** — *A.* A colonia do **Sacramento**, no Rio da
Sul Prata, fundada em 1680—torna-se o pomo de discordia entre portuguezes e espanhoes. É tomada e restituída successivamente—1680, 1681, 1705, 1715; sitiada em 1735 por Salcedo, repellido em 1737. Pelo *tratado de Madrid* (1750), perdemos essa colonia, recebendo em troca as *Missões*.
B. Reacção das **Missões** guaranis contra o nosso direito. Guerra aos indios e contra os jesuitas. Abolição da companhia dos jesuitas por Pombal (1759).
 Mudança da capital do Brasil, da Bahia para o Rio de Janeiro, 1763.

XIV

O espirito de autonomia. Conspiração mineira

Summario. O espirito de autonomia no seculo XVIII. A conspiração mineira: Gonzaga, Claudio Manoel, Alvarenga, Tiradentes. Condemnação dos conjurados. Execução de Tiradentes.

Desde as guerras civis dos *mascates* e *emboabas* e de outros conflictos de igual natureza, tornou-se evidente a existencia de um povo novo, nascido no Brasil, e que almejava para a patria a independencia.

Dos meados do seculo XVIII por diante começou a decair a industria da mineração. Muitos dos mineiros se entregaram então á agricultura e a maior parte á criação do gado, onde os lucros, pequenos embora, eram seguros e sem sobresaltos.

Á antiga *Villa Rica* começou o povo de então, por escarneo, a chamar de *Villa Po-*

bre. O rendimento do ouro era insignificante e de ha muito não se alcançava o *minimum* que a corôa exigia, e que eram cem arrobas annuaes.

Mandou o governo lançar a cobrança dos atrasados e que attingia já a somma avultadissima, na época menos propria.

Homens doutos e illustres, tanto como os que mais o eram na metropole, viviam em Minas, e taes eram os juriseconsultos e poetas Thomaz Antonio Gonzaga, o auctor de *Marilia de Dirceu*, Claudio Manoel da Costa, Ignacio J. de Alvarenga, alguns padres e varios militares, mesmo de altos postos, que sympathizavam com as idéas revolucionarias que agitavam o mundo. Era então aquella capitania o maior centro intellectual do paiz.

Combinaram, pois, em levantar o jugo oppressivo e declarar livre a terra onde nasceram (1789).

A conjuração foi encontrando adeptos um pouco por toda a parte, e sobre tudo entre aquelles que temiam a *derrama* do

ouro, proxima a ser cobrada. A alma da propaganda foi o alferes de cavallaria Joaquim José da Silva Xavier, por alcunha originada da sua profissão, o *Tiradentes*, homem de espirito religioso, de grande coragem e de nobilissimo character, mas (tão



THOMAZ ANTONIO GONZAGA

engalanado andava de seus planos) o mais indiscreto de todos.

A revolução contava alguns elementos preciosos para o bom exito, mas revelava nas suas traças mais as qualidades philosophicas e literarias do que praticas dos seus auctores.

Haviam já discutido a divisa *Libertas quæ sera tamen* (liberdade ainda que tardia) e a bandeira, onde figurava um triangulo, symbolo da SS. Trindade, da devoção especial de Tiradentes, e planejavam já muitas leis e reformas liberaes.

A infamia ou o egoismo de um conjurado, pela delação, perdeu a todos. O Visconde de Barbacena, então governador de Minas Geraes, preveniu ao Vice-Rei D. Luiz de Vasconcellos de que deveria andar pelo Rio de Janeiro em propaganda da revolução o alferes *Tiradentes*, que foi effectivamente preso e, com elle, successivamente, os outros conspiradores.

Aberta a devassa e installada a alçada, foram os culpados condemnados á morte.

A rainha D. Maria I, por acto de clemencia, commutou as penas de quasi todos em exterminio para a Africa, e só um, o *Tiradentes*, subiu ao patibulo (21 de Abril de 1792) com grande serenidade e nobreza de animo.

Houve grande excesso neste castigo. O proprio Vice-Rei, o Conde de Rezende (ao tempo da execução de *Tiradentes*) reprehendeu ao governador de Minas pelo numero excessivo de prisões d'essa inconfidencia.

Um dos conjurados, Claudio Manoel da Costa, poeta notavel, antes de conhecer a sentença, suicidára-se na prisão. Quasi todos se arrependeram amargamente do passo que haviam dado; só o *Tiradentes* sorriu ao saber que não arrastava ao cadafalso os seus companheiros, e, confortado na religião em que era profunda a sua fé, conformou-se serenamente com o fatal destino.

Foi a sua descendencia infamada e o corpo do martyr esquartejado; e os pedaços d'elle, collocados em postes pelas estradas da capitania, attestavam aos vassallos o premio da rebeldia.

XV

Refugio de D. João VI no Brasil

Summario. Os francezes em Portugal. D. João VI refugia-se no Brasil. Acto regio do commercio livre, 1808. O Brasil, reino, em 1815.

Napoleão, não conseguindo que Portugal accedesse a fechar os seus portos á Inglaterra, resolveu fazer guerra ao governo portuguez; as tropas francezas, de marcha forçada atravez da Espanha, penetraram em Portugal.

Seria loucura pensar em resistir ao poder do grande despota quando tudo estava desorganizado e sem recursos. Foi visto o Rei chorando em segredo, quando se viu coagido a fugir, aceitando o conselho do ministro inglez, lord Strangford.

A frota real, composta de umas vinte náos e muitas outras mercantes, velejou do

Tejo a 29 de novembro. Nella vinham grande numero de fidalgos, funcionarios e familias que emigravam, e tambem as riquezas dos palacios reaes, que foi possivel



D. JOÃO VI

transportar; e ainda não tinha perdido de vista a terra, quando Junot penetrava em Lisboa e, tomando rapidamente conta da cidade e das fortalezas, aprisionava á bala

alguns navios mercantes que iam atrasados, nas aguas da esquadra.

Batida pela tempestade, a frota dividiu-se em duas, e aquella em que vinha o rei tocou primeiramente na Bahia, a 21 de janeiro de 1808.

Era a primeira vez que um rei do antigo mundo pisava o solo da America. O povo da Bahia recebeu com grande jubilo os altissimos hospedes, e por um momento pensou que á primitiva capital da colonia caberia agora a primazia da séde do novo reino.

D. João VI, porém, preferiu estabelecer-se no Rio, onde veio a chegar a 7 de março.

Ainda na Bahia, e a conselho de José da Silva Lisboa (Visconde de Cairú), por uma Carta regia **abriu os portos do Brasil** ao commercio universal, abolindo assim o odioso monopolio da colonia.

No Rio (4 de abril de 1808), levantou a prohibição que pesava sobre as industrias, declarando-as livres.

Acabava assim e instantaneamente, o regimen colonial no que tinha talvez de mais odioso.

Foi o maior passo que demos para a nossa Independencia.

A separação politica do Brasil era já definitiva no sentido dos factos, porque o Rio se tornou a côrte da monarchia portugueza e o Brasil foi elevado a Reino unido ao antigo (1815).

Tomou assim o Brasil um impulso extraordinario e excepcional; fabricas e officinas abriram-se ao labor, e o commercio tornou-se livre, favorecendo o trabalho e a fortuna, e em grande numero os estrangeiros começaram desde então a affluir para as nossas cidades maritimas.

O paiz foi provido de grandes instituições magnificas: os bancos e as escolas de medicina, da marinha, de Bellas Artes, a rica *Bibliotheca real*, o esplendido *Jardim Botânico* e outras numerosas creações. Com a *Impressão regia* começou a imprensa e o jornalismo que d'ahi a poucos annos será a

alavanca das agitações revolucionarias da politica.

Na realidade, a nossa independencia data de Dom João VI ou desde 1815. Não era a separação de Portugal, mas era até a primazia concedida á America portugueza como séde do governo central e do qual dependiam Portugal e o seu imperio colonial da Africa e da Asia; nunca tivemos tão vasta jurisdicção sobre o mundo, como naquella época.

XVI

Revolução de 1817

Summario. Causas geraes da revolução republicana de 1817. Os protagonistas: Padre *Miguelinho*, Pessoa, Martins, Theotonio Jorge, Padre *Roma* (Abreu e Lima). A submissão.

A revolução rebentou em Pernambuco em março de 1816. O estado da provincia era prospero e o governo d'ella fôra confiado a magistrado pacifico, Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Um negociante, **Domingos Martins**, natural da Bahia e educado na Inglaterra, era em Pernambuco franco prégador dos principios revolucionarios e muito partidista dos officiaes pernambucanos, com os quaes se banqueteava e tratava de conspirar.

Tornou-se tão grave a situação da milicia nos primeiros mezes de 1817, que o

capitão-general, Caetano Pinto de Miranda Montenegro (depois marquez da Praia Grande) reuniu em conselho a 3 de março os officiaes generaes portuguezes que estavam no Recife, e com elles deliberou que no dia seguinte se effectuasse a prisão de alguns militares e paisanos mais compromettidos.

Dada a situação dos espiritos, era um mal que militassem na mesma fileira officiaes portuguezes e brasileiros, mixto que originava eterna intriga e suspeição de uns para outros.

Aquella resolução ia sendo executada sem difficuldade; alguns officiaes e Domingos José Martins foram presos; mas o brigadeiro Barbosa, querendo, além de prender, castigar com reprehensões os officiaes suspeitos do regimento de artilheria, que elle commandava, foi morto pelo capitão João de Barros Lima, a quem chamavam o **Leão Coroado**, que o atravessou com a espada, sem que algum dos officiaes se movesse para defender a victima.

Tambem foi morto o ajudante de ordens do governador, mandado para abafar o movimento.

O certo é que tanto terror produziram os revolucionarios chamando e dispondo as tropas para a revolução, como o produziu a fraqueza e cobardia do governador, recolhendo-se logo á fortaleza do Brum, sem pensar sequer em resistir á desordem no seu inicio.

Avivou-se então a anarchia : as cadeias, arrombadas, despejaram na rua a ralé dos criminosos ; o governador, perdendo o animo, capitulou logo no dia seguinte, e partiu para o Rio de Janeiro.

Os revolucionarios então organizaram o governo provisorio, onde aliás havia elementos de capacidade intellectual senão politica, e eram : o padre João Ribeiro **Pessoa**, governador ; o dr. José Luiz de Mendonça e Domingos Martins. Era ministro do interior o padre **Miguelinho** (Miguel Joaquim de Almeida), e commandante das armas, arbitro

da situação, o capitão de artilheria Theotônio Domingos Jorge.

Adoptou-se a bandeira branca da paz, o tratamento de *vós* e aboliram-se ineptamente alguns impostos num momento em que as despesas iriam augmentar.

A revolução propagou-se rapidamente pela acção dos emissarios enviados ao Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas, que adheriram ao movimento.

No Ceará, o emissario, o joven seminarista **José Martiniano de Alencar**, foi preso no Crato; ainda mais infeliz foi o emissario Padre **Roma** (José Ignacio de Abreu Lima), que ao desembarcar foi preso na Bahia, julgado por uma commissão militar e fuzilado no Campo da Polvora (1817), com monstruoso excesso de auctoridade do governador, Conde dos Arcos, que almejava com o criminoso zelo recommendar-se ao favor do rei.

O Conde dos Arcos enviou ainda forças disciplinadas, por terra, sob o commando do marechal Leite Cogominho. Foram essas

tropas em sua marcha obtendo submissão, e avolumando-se com voluntarios até que, depois de algumas victorias, chegaram ao Recife. Já estava a cidade bloqueiada pela esquadra de Rodrigo Lobo, que exigiu dos revolucionarios a entrega sem condições. Dois mil d'elles, com Theotonio Jorge, fugiram, e foi então arvorada pelos habitantes da cidade a bandeira real.

Os chefes rebeldes procuraram, disfarçados e em fuga, evitar o castigo. O padre João Ribeiro suicidou-se. Dos rebellados, **Theotonio Jorge** e oito dos seus companheiros subiram ao patibulo.

Dos chefes da revolução, Domingos Martins, José Luiz de Mendonça, Padre Miguelinho, foram arcabuzados na Bahia pelo zelote Conde dos Arcos.

SYNOPSIS GERAL

Datas e factos

A autonomia e o reinado de D. João VI

1. **Conspiração mineira** — A conspiração pela autonomia nacional. Gonzaga, Claudio Manoel da Costa e Alvaranga. Mallogro da tentativa (1789).
Supplicio do *Tiradentes*. (1792).
2. **Refugio de D. João VI** — O bloqueio continental. Fuga de D. João VI (1808). D. João aporta á Bahia, onde se declaram livres os portos do Brasil; Visconde de Cairú.
O Brasil reino, 1815.
3. **Revolução de 1817** — A monarchia mal recebida pelos pernambucanos. Revolução de 1817.
A revolução organiza o governo republicano com o capitão Theotonio Jorge, o P^e João Ribeiro Pessoa e outros.
Victoria das forças legaes de mar (Rodrigo Lobo) e de terra (marechal Cogominho).

XVII

A Independencia e o Imperio

Summario. A partida de D. João VI. Dom Pedro, governador do Brasil. José Bonifacio. José Clemente—O *Fico*. O Sete de Setembro (1822).

Em 1820, uma revolução que rebentou no Porto, em Portugal, e generalizou-se pelo paiz, proclamou a necessidade do *governo constitucional*. Findava, assim, o regimen absoluto, e D. João VI foi convidado pelas *córtes* que se reuniram em Lisboa a regressar ao velho reino.

As tropas portuguezas no Brasil adheriram ao movimento que se realizara na patria, e D. João VI, depois de algumas vacillações, foi coagido a embarcar, deixando no Brasil D. Pedro, seu filho, a quem prognosticou a separação com as palavras que a tradição transmittiu: «*Pedro, o Brasil brevemente se*



Independencia ou morte !

separará de Portugal; se assim fór, põe a corôa sobre a tua cabeça, antes que algum aventureiro lance mão d'ella. »

Depois da partida de D. João VI, abriu-se o periodo das agitações politicas que deviam acabar na separação do Brasil. De facto, as côrtes portuguezas (assembléa), com uma maioria de 130 deputados contra 70, numero nunca completo, de brasileiros, proseguiam no seu plano de *recolonização* do Brasil, e para essa obra de oppressão contavam ainda com as tropas auxiliares, funcionarios e portuguezes residentes na America; suspeitando, e não sem fundamento, que o principe D. Pedro favorecia as aspirações liberaes dos brasileiros, começaram a hostilizar a sua politica, arrancando-lhe todos os recursos e desmoralizando-lhe o prestigio, fazendo depender todas as provincias directamente de Lisboa, e reduzindo-o assim a simples capitão-mór do Rio de Janeiro.

Em Lisboa, deputados brasileiros (entre os quaes se distinguiam Antonio Carlos, Vil-

lela Barbosa, Feijó, Araujo Lima, Vergueiro) fatigados de enfrentar o abuso, desmoralizados pela populaça, viram-se coagidos a emigrar para a Inglaterra. As Côrtes declaravam independentes os governos provinciaes, aboliam os tribunaes do Rio, e ordenavam ao principe que regressasse á Europa, *para viajar e aprimorar a educaçào.*



JOSÉ BONIFACIO

Com essas medidas, o Brasil, sem governo geral nem tribunaes importantes, guardado por forças portuguezas, retrogradava quasi á época do descobrimento. Por toda a parte, pois, se conspirou; as maçonarias, as

sociedades secretas e um periodico, o *Reverbero*, occulta ou abertamente ousaram pugnar ao menos pela emancipação administrativa do paiz.

Moções dos partidos, das Camaras e de governos provinciaes (e entre essas a junta

provisoria de S. Paulo, de que fazia parte **José Bonifacio**) chegavam ao principe, que, ainda prestando apoio ao rei e á constituição, por sentimento cavalheiresco e leal, que lhe era proprio, hesitava dar o grande golpe.

No Rio, porém, era impossivel conter o trabalho já realizado com tão seguros elementos. Uma representação assignada por oito mil patriotas foi levada ao principe pelo Senado da Camara e com grande acompanhamento de povo.

José Clemente Pereira, portuguez sympathico ás novas aspirações e presidente d'aquella corporação, foi encarregado de entregar a mensagem ao prin-



JOSÉ CLEMENTE PEREIRA

cipe, de quem recolheu a resposta que transmittiu ao povo que a esperava: «*Como é para bem de todos e felicidade geral da nação. diga ao povo que fico.*»

A resposta do principe era uma desobediencia formal ás côrtes.

Avilez, commandante da *divisão auxiliadora*, fez logo constar a sua demissão; antes, porém, que ella se verificasse, os dois mil homens d'essa divisão, saindo de quartéis (11 de janeiro de 1822) occuparam o morro do Castello, que domina a cidade.

Á ameaça corresponderam os brasileiros com os milicianos, patriotas e tropas brasileiras, que, pegando em armas, reuniram-se a postos no Campo de Sant'Anna. A conflagração ia tornar-se inevitavel; mas Jorge de Avilez, comprehendendo a responsabilidade de sua irreflectida ousadia, obedeceu em fim á intimação do principe e capitulou (13 de janeiro) e com seus batalhões embarcou para a metropole.

Nesse dia mesmo da victoria chegava ao Rio **José Bonifacio**, cuja fama nas sciencias e nas letras agora se augmentava com a aureola do patriotismo, e foi feito ministro do reino e de estrangeiros.

Subjugada no Rio a *divisão auxiliadora*, que era o apoio material dos recolonizadores, póde-se datar de 12 de janeiro a victoria da revolução emancipadora; e os seus heroes foram José Clemente, os redactores do *Reverbero*, Gonçalves Ledo, Januario Barbosa e o franciscano Fr. Sampaio.

D'aqui em diante começa a acção constructora de José Bonifacio.

Para angariar sympathias, o principe viajou a Minas; outra viagem fez a S. Paulo e com identicos intuitos de pacificação, que conseguiu realizar. Foi justamente na sua volta para o Rio, quando, recebendo despachos de Lisboa, a irritação chegou ao auge, e então, nas margens do Ipiranga, onde estava, alçou o grito resolutivo de: «*Independencia ou Morte!*» (7 de setembro de 1822).

XVIII

O primeiro Imperador

Summario. A submissão. A esquadra de Cochrane. Política interior. O Sete de Abril.

Muitos foram os acontecimentos que encheram de vida e agitação o reinado de D. Pedro I. Não só a guerra da independência preocupava todo o paiz, onde ainda o prestigio dos portuguezes, que não haviam adoptado a nova ordem de cousas, era grande e apoiado na força, mas ainda havia que combater as rebelliões e a anarchia oriunda da diversidade ou do equivooco de opiniões. Houve que organizar uma esquadra, e, a convite de José Bonifacio, vem do Chile lord Cochrane com alguns officiaes, Taylor, Grenfell e outros.

Afinal houve inteira submissão por toda a parte onde deveria haver-a. Um trecho, porém, do nosso territorio, a *Provincia Cisplatina*, com o auxilio dos governos de Bue-



D. PEDRO I

nos Aires que ali fomentavam as revoltas, pela mediação da Inglaterra conseguiu libertar-se do dominio imperial, constituindo-se em republica independente, a Banda Oriental do Uruguay.

A *Constituinte*, assembléa convocada ainda antes da independencia, tornára-se anarchica, cultivava o odio nativista ou d'elle fazia arma de opposição; foi por isso dissolvida pela força.

O proprio governo elaborou a Constituição do novo imperio, que foi jurada e acclamada por todo o paiz.



Ao cabo de 8 annos de governo, cheio de difficuldades, lutas e rebelliões, o Imperador se achava impopular. Um ministerio de favoritos em 1831 alheiou-o da estima dos patriotas e liberaes. Grande ajunta-

mento se formou no Campo de Sant'Anna, do povileu que alguns demagogos excitavam á revolução.

Não querendo impopularizar-se ainda mais, o Imperador deixou de aproveitar a indecisão das tropas para as dominar e á frente d'ellas dissolver a arruaça, e conservou-se inactivo.

Uma deputação popular veio falar-lhe em S. Christovão, pedindo a restituição do antigo ministerio. « *Tudo farei*, disse D. Pedro, *tudo farei para o povo; nada, porém, pelo povo.* »



JOSÉ BONIFÁCIO

Ao receber a resposta, o povo declarou-se em revolução e a ella adheriram com extranhavel ardor os tres irmãos Lima e Silva, generaes de muita popularidade, e que deviam a fortuna ao Imperador.

Foi mandado então o major Miguel Frias aos paços de S. Christovão, á meia noite, para buscar a decisão imperial.

Com indiferença recebeu o Imperador a noticia da infidelidade de suas tropas: «Não quero, disse, que ninguém se sacrifique por minha causa».

Duas horas depois, e sem ouvir os seus ministros, escreveu o acto de abdicção: «*Usando do direito que a Constituição me confere, declaro que hei muito voluntariamente abdicado na pessoa do meu muito amado e prezado filho, o senhor Dom Pedro de Alcantara. Boavista, 7 de Abril de 1831*».

Escolheu José Bonifacio para tutor do imperador infante, e ao romper do dia embarcou com a familia, excepto os principes, na náu ingleza *Warspite*.

XIX

A Regencia

Summario. As regencias. A regencia provisoria. A regencia trina permanente. Regencia una. Diogo A. Feijó. A maioridade.

Com a abdicação do imperador, coagido pela indisciplina militar, desencadeiou-se a anarchia por quasi todos os pontos do paiz. Os partidos exaltados, que o freio da auctoridade a custo continha, ameaçavam subverter a nova nacionalidade, quando, por feliz inspiração, senadores e deputados se reuniram e escolheram uma Regencia interina.

Com grande trabalho iniciou o governo a pacificação na Bahia, onde, sob pretextos de antigas desforras, os nativistas exerciam vingança sobre os portuguezes; egualmente agiu em Pernambuco e em Minas.

Quando eleita regularmente pelas duas camaras a **Regencia Permanente Trina** (Brigadeiro F. Lima e Silva, Costa Carvalho e Braulio Muniz), continuaram com maior vigor os tumultos militares no Rio, que o ministro da justiça, Diogo Antonio Feijó, revelando grande capacidade politica e energia, conseguiu reprimir, dissolvendo os corpos de linha amotinados, creando a *Guarda Nacional* e com esta submettendo um corpo de artilheria sublevado no Rio (1834).

Nas provincias a situação era ainda mais sombria, e longas e duradouras revoltas as enluctaram; no Pará, as tropas amotinadas depunham os commandantes, apriionavam ou assassinavam os governadores, com o auxilio faccioso de desordeiros, e só ao cabo de quatro annos pôde o brigadeiro Soares Andréa, com 4.000 homens, apoiado em forças navaes, restabelecer a ordem; motins e desordens perturbaram a tranquillidade publica no Maranhão, Ceará, Pernambuco e Bahia.

Nunca o Brasil atravessou periodo tão

difficil e calamitoso, e se o coração do paiz, S. Paulo, Minas e Rio, não lhe dêsse o nutriente alimento da paz, como na guerra da independencia, é certo que naufragaria.

Os politicos do momento reflectiam a mesma instabilidade social. Havia os *Exaltados*, que mais proximos estavam dos sediciosos; os *Moderados*, que sustentavam a regencia; e os *Restauradores* (Caramurús) que anceiavam reconstituir o passado, e que era de certo o partido dos homens mais eminentes da época (José Bonifacio, Cairú, Paranaguá) cujo prestigio, entretanto, a revolução havia demolido em proveito dos homens novos.

Os processos da revolução, em geral, não comportando a prudencia dos homens experimentados, espontaneamente caem nas mãos dos homens novos, sem ligação com o passado. E a um regimen novo tanto mal fazem os reaccionarios como os exaltados.

Predominou afinal o partido moderado. A expressão d'essa politica encontra-se no

Acto adicional, que satisfizes ao espirito local pela creação das assembléas provinciaes e aboliu o Conselho de Estado e reforçou a auctoridade do Governo central, e reduziu os Regentes a um só.



PADRE DIOGO ANTONIO FEIJÓ

A eleição de 1835 entregou a nova Regencia ao homem de maior energia do tempo, o senador **Diogo Antonio Feijó**.

A guerra civil e a luta parlamentar absorveram o estadista, cuja popularidade não deixou de soffrer.

Na luta parlamentar e politica, o facto de maior amplitude foi a creação do partido **conservador**, formado pela alliança dos restauradores reaccionarios com os liberaes moderados, o que foi obra de Bernardo de Vasconcellos e Araujo Lima (Marquez de Olinda). O novo partido triumphou nas elei-

ções de 1836, e Feijó, demittindo-se, chamou ao governo o chefe da opposição, **Araujo Lima**.

Desde então regularizam-se as duas correntes politicas, *conservadora* e *liberal*.

Em 1840, o partido liberal pediu a declaração da maioria do imperador. O governo da regencia ainda era bastante forte para resistir a essa violação constitucional. D. Pedro tinha apenas quinze annos de idade, mas demonstrava madureza de animo e qualidades excepcionaes, e queria de facto assumir as redeas do governo. Aproveitando essas disposições, os liberaes conseguiram fazer passar nas duas Camaras reunidas a declaração da **maioridade** (23 de julho de 1840).

Vinda da revolução de 7 de Abril, não quiz a Regencia amplial-a formando a republica, nem tão pouco diminuil-a proclamando a restauração.

A sua grande obra, pois, foi a Reforma Constitucional, que salvou o imperio e a unidade da grande patria.

SYNOPSIS GERAL

Datas e factos

O primeiro reinado e a regencia

(1822-1840)

1. **A Independencia** — Partida de D. João VI e regencia de D. Pedro (1821). Reacção contra as tentativas de recolonização e acção dos partidos e da imprensa (*O Reverbero*). *José Clemente* e *José Bonifácio* trabalham pela independencia, que é afinal proclamada (7 de setembro de 1822) com o *Imperio*.
2. **O primeiro Imperador** — A *Cisplatina*.
Revolução de 7 de abril; não querendo ceder, o Imperador abdica (1831).
D. Pedro I reinou de 1822 a 1831.
3. **A Regencia** — Depois da regencia interina, a *regencia permanente trina* (L. e Silva, Costa Carvalho, Braulio Muniz). Ministro da Justiça, *Diogo Feijó*.
Revoltas na corte e nas provincias.
O *Acto adicional* (1834).
Eleição de 1835; eleito regente, *Diogo Feijó*.
Fundação do partido *conservador* (1836).
Os liberaes obtêm a declaração da *maioridade* (1840).

XX

Tempos do segundo Imperador

Summario. Factos geraes. Progresso e liberdades. A abolição da escravidão.

O governo do segundo imperador, D. Pedro II, abrange o largo periodo de cincoenta annos, de 1840 a 1889, todos consagrados ao desenvolvimento das liberdades e da paz. Foram nelle apaziguadas as rebelliões que vinham do periodo anterior, com o largo espirito de brandura e tolerancia do barão e depois duque de Caxias, o general mais glorioso do im-



D. PEDRO II

perio. Realizaram-se os grandes progressos proprios da civilização contemporanea : o estabelecimento das estradas de ferro, da navegação a vapor, das linhas telegraphicas e o povoamento pela emigração de colonos europeus.

Ao lado d'esse incremento material floresceram as instituições politicas com o brilho das liberdades publicas e privadas. Nova vida intellectual, a liberdade da opinião, das assembléas e da imprensa grangearam-nos a reputação que bem merecemos de povo culto.

Das grandes reformas do segundo imperio, a mais importante foi a da **abolição da escravidão**, medida desde longo tempo desejada e com grande sacrificio mas tambem com inexcédível gloria, realizada pela lei de *13 de maio de 1888*. Foi feita, póde-se dizer, sem precipitação. Desde 1850 havia sido abolido o trafico de africanos pela acção de Eusebio de Queiroz, então ministro da justiça ; logrou-se, emfim, estancar a fonte da escravatura ; mas convinha ainda limitar ou impedir

o desenvolvimento da prole escrava. Em 28 de setembro de 1871 foi votada a lei que declarava livres os filhos nascituros das mulheres escravas. Os particulares e o proprio estado libertaram milhares de escravos, até que em fim se impoz a *lei aurea*.

XXI

Guerra do Paraguay

(1864-1870)

Summario. A questão do Uruguay. Invasão de Mato Grosso. A triplice alliança. A campanha do Paraguay. A morte de Solano Lopéz.

As guerras internacionaes que tivemos foram com os Estados ao sul do Brasil.

Por não serem satisfeitas justas reclamações brasileiras junto ao governo de Montevideo, então do partido *blanco*, o Brasil declarou guerra e invadiu a republica do Uruguay, de alliança e concerto com o partido *colorado*.

A aggressão foi inesperada, quando ainda se ultimavam as negociações diplomaticas. O Brasil transpoz a fronteira e não foi inquietado; o almirante Tamandaré ataca o

vaso de guerra unico da Republica, o *Villa del Salto*.

O nosso exercito uniu-se a um caudilho uruguayo, inhabil, o *libertador* Flores.



DUQUE DE CAXIAS

Mena Barreto e o general Flores invadiram *Paysandú* (1865) e em seguida marcharam contra Montevideo, que, sitiada por terra e bloqueiada por mar pela esquadra do almirante Tamandaré, teve que capitular

(28 de fevereiro de 1865). Dois mezes apenas durara a guerra; o general Flores, chefe dos *colorados* e amigo do Brasil, foi feito presidente da Republica.

Com essa humilhadora intervenção, houve um estado do Prata, o *Paraguay*, que, sentindo-se ameaçado, se declarou contra o Brasil. Não se havia descuidado a pequena republica de preparar-se para a guerra que antevia certa; o Paraguay desde longos annos vivia sob o regimen absoluto, mau grado a exterioridade de algumas fórmulas republicanas, e os seus habitantes, coagidos sob ferrea disciplina, obedeciam cegamente aos seus dictadores.

Com a guerra ao Brasil, o dictador Francisco Solano Lopez, que não tinha maiores defeitos que os seus congeneres vizinhos, tornou-se de facto o tyrano execravel que a lenda no Brasil perpetuou.

Lopez, sem declaração de guerra, depois de aprisionar um vapor brasileiro, o **Marquez de Olinda**, que levava a bordo o Coronel Frederico Carneiro de Campos, deputado e pre-

sidente de **Mato Grosso**, invadiu o Brasil pela provincia de **Mato Grosso**; indefeza, a provincia rendeu-se a 10.000 paraguayos, não sem gloriosa luta, e os proprios vencedores não se animaram a tomar a capital, Cuiabá, ficando todavia em poder d'elles toda a região do sul (dezembro de 1864).

O exercito de Lopez era de 80.000 homens, senão bem equipados, ao menos reunidos sob rigida disciplina. D'esses, 30.000 invadiram a Republica Argentina sob o commando do general Robles e occuparam Corrientes. Essa violação de paiz neutro atirou a Ar-



ALMIRANTE TAMANDARÉ

gentina aos braços do Brasil. A diplomacia brasileira habilmente aproveitou a situação, fazendo assignar em Buenos-Aires o tratado da **Triplice alliança** (4 de maio de 1865)

entre a Argentina, Uruguay e Brasil, allia-
dos contra o Paraguay.

Procuraram logo os paraguayos destruir a esquadra brasileira que estacionava na boca do **Riachuelo**, e oito vapores, descendo o rio a toda a força, rebocando *chatas*, lançaram-se pelo meio da esquadra; travou-se então a batalha naval em que Barroso (Barão do Amazonas) ganhou immorredoura fama, 11 de junho de 1865.

Quando as tropas paraguayas, sob o commando de Estigarribia, invadiram o Rio Grande, D. Pedro II, correndo ao theatro da guerra, assistiu á rendição do inimigo em **Uruguayana** (18 de setembro).

Em abril de 1866 ainda não havíamos tomado a offensiva; os exercitos allia-
dos eram de 33.000 brasileiros do commando de Osorio, 2.000 uruguayos do general Flores e 11.000 argentinos de Mitre, a quem cabia o commando em chefe. Acamparam em Corrientes, na margem esquerda do Paraná, onde estacionava a esquadra brasileira; em frente (Passo da Patria), na margem direita,

acampava Lopez com forças ainda maiores e protegido pelos alagadiços e por trincheiras.

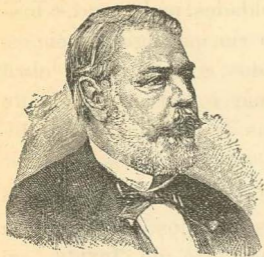
Com mil difficuldades poderam os brasileiros atravessar o rio, protegidos pela esquadra; os couraçados e canhoneiras obrigaram Lopez a recuar o seu acampamento para além das linhas fortificadas entre Humaytá e Curupaity.

Uma vez passado o rio e com a victoria de **Estero Bellaco**, os alliados, avançando a marcha, acamparam perto de **Tuyuty**, em frente ás trincheiras de Sauce e Rojas (24 de maio).

Alli em verdade ficaram immobilizados, porque, com a falta de animaes, mortos á fome, a cavallaria estava a pé; ainda conseguiram bater as tropas paraguayas que vieram atacal-os, sob as ordens de Resquin, Barrios e Dias.

O terreno encharcado, inhospito e pestilencial augmentou a desordem e a molestia nas fileiras. Os proprios generaes entraram a discordar após alguns insuccessos; Flores

pensava em retroceder, Osorio adoeceu e demittiu-se do commando.



GENERAL OZORIO

Aqui experimentaram os allia-
dos alguns desas-
tres, até que, com
a vinda do 2º corpo
brasileiro (do Con-
de de Porto Alegre)
e de combinação
com a esquadra de
Tamandaré, toma-

ram o forte de **Curuzú**, onde tivemos enormes perdas de gente e um encouraçado, o *Rio de Janeiro*, destruido por um torpedo, e tam-
bem onde a heroica guarnição paraguaya preferiu succumbir a render-se.

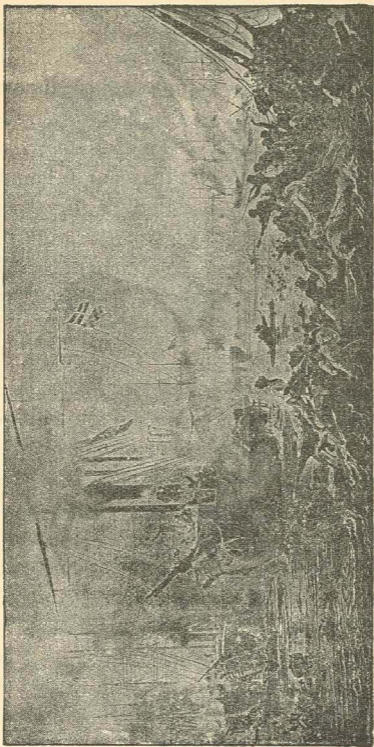
Curuzú era apenas a obra avançada de *Curupaity*.

Depois da tomada de **Curuzú**, surgiram divergencias e discussões; comtudo, o general Mitre ordenou o assalto de **Curupaity**, que foi uma derrota (21 de setembro de 1866).

Este desastre produziu grande consternação; entre os officiaes aggravou as antigas dissidencias. Flores e Tamandaré, incompatibilizados, retiraram-se; e só o heroismo da nação levantando novas legiões, dando novo commando á esquadra com Inhauma e appellando para a gloria do antigo pacificador, **Caxias**, pôde de novo erguer o espirito de disciplina e conduzir as nossas armas á victoria.

D'aquí em diante, o Brasil quasi que exclusivamente supporta a responsabilidade da guerra: os contingentes argentinos chamados em parte e a todo o momento para suffocar as rebelliões da republica, vão successivamente sendo reduzidos.

Depois do desastre de Curupaity, que produziu extranha e profunda impressão nos povos alliados, o marechal Caxias, com o commando das forças brasileiras, agora avolumadas de voluntarios e patriotas, abre uma série de victorias difficilmente ganhas, e condu-as ás proximidades de Humaytá. A occupação de Tayi, acima de Humaytá, pelos



Batalha naval de Riachuelo

allidados, cortava a communição dos paraguayos com o interior e capital, aos quaes não era menos incommoda a occupação de Tuyuty, que Caxias tornara a base das operações.

Travou-se então a segunda batalha de Tuyuty (3 de novembro de 1867), onde, depois de derrotarem o contingente argentino, os paraguayos (superiores em numero) tiveram que debandar ante o assalto das forças brasileiras, deixando em campo o terço do seu effectivo.

Na madrugada de 19 de fevereiro de 1868, a esquadra brasileira, sob o commando do glorioso almirante Inhauma, forçou a passagem da inexpugnável **Humaytá**, sob terrível bombardeio. Esse feito naval, por assim dizer, decidia dos destinos da guerra. Desde esse momento Lopez abandonou a fortaleza que elle julgava invencível e foi atravez do Chaco organizar novas linhas de fortificações em Tebicuary; nesse caminho acompanharam-n'o mais tarde as tropas, que, sitiadas e não podendo mais resistir,

evacuaram Humaytá, em debandada, cujos destroços foram obrigados a render-se (Lagôa Iberá).

Caxias então abriu caminho atravez do Chaco, protegido pela esquadra que o acompanhava pelo rio acima. São ganhas as victorias da ponte de **Itororó**, tomada e retomada varias vezes, e a victoria de **Avahy** (11 de dezembro) sobre as forças de Caballero, em campo raso; e **Lomas Valentinas**, onde os paraguayos viram Lopez pela primeira vez no meio d'elles, procurando talvez, com a morte, poupar-se o espectaculo da ruina da patria.

Durou 6 dias (de 21 a 27 de dezembro) o ataque ás linhas de Lomas Valentinas, que afinal caíram em nosso poder. Custou-nos a victoria o termos metade de nossas forças fóra de combate, mas foi aniquilado o exercito paraguayo.

Lopez achou a salvação na fuga.

Caxias, proseguindo, tomou Angustura e logo depois entrou em **Assumpção**, que, deserta e abandonada, não offereceu resisten-

cia ao exercito triumphador (1 de janeiro de 1869).

Caxias declarou que a guerra ahi havia terminado e, como estava doente, voltou para o Rio. Voltava, ao mesmo tempo, Inhamma que, doente, ao chegar ao Rio, expirou.



ALMIRANTE BARROSO

Estava terminada com effeito a guerra e a capacidade de luta regular do inimigo.

Lopez, porém, preferia sacrificar toda a nação antes que submeter-se. Retirando-se para a cordilheira de Ascurra, Lopez reuniu antigos elementos esparsos e outros novos, cerca de 16.000 homens com 110 canhões, e formou um novo exercito. Então tomára o commando dos alliados o Conde d'Eu, esposo da princeza imperial D. Isabel. Agora

renascia a luta, menos brilhante, porém cheia de difficuldades, pois o theatro da guerra era o interior e o sertão virgem do Paraguay. Os alliados tomaram **Pirebebuy** (12 de agosto), a nova capital de Lopez, bateram Caballero com o grosso das forças inimigas em **Campo Grande** (16 de agosto.) Estava arruinada a resistencia paraguaya que apenas se limitára agora a pequenas sortidas com os fragmentos do exercito vencido.

Começou uma guerrilha feroz de surpresas e emboscadas á caça do misero dictador. Barbaro epilogo que não deixava de empannar o brilho das nossas grandes victorias.

Expedições parciaes foram lançadas á cata do tyrano fugitivo. Uma d'ellas, a do General Camara, surprehendeu Lopez em Cerro Corá, ás margens do **Aquidaban**, quasi na fronteira de Mato Grosso. Lopez tinha apenas uns poucos de camaradas fieis que o acompanhavam; não quiz entregar-se e foi morto por um dos nossos soldados (4 de março de 1870).

XXII

A abolição da escravidão. — Republica

Summario. A proclamação da Republica. Deodoro e os seus successores.

A guerra do Paraguay terminára em 1870. A ella seguiu-se entre nós grande expansão da riqueza publica e avivou-se o sentimento democratico das instituições. Começava agora a grande reforma social. Em 1871 (28 de setembro) libertava-se o ventre escravo e creava-se um fundo de emancipação para os captivos que ainda soffriam os horrores da escravidão. D'ahi em diante a propaganda pela abolição immediata vae ga-



BENJAMIN CONSTANT

timento democratico das instituições. Começava agora a grande reforma social. Em 1871 (28 de setembro) libertava-se o ventre escravo e creava-se um fundo de emancipação para os captivos que ainda soffriam os horrores da escravidão. D'ahi em diante a propaganda pela abolição immediata vae ga-

roses da escravidão. D'ahi em diante a propaganda pela abolição immediata vae ga-

nhando numerosos proselytos até que a instituição servil desaparece, conforme já vimos anteriormente.

Na realidade os costumes e o sentimento do povo e dos partidos eram tão profundamente democraticos que a monarchia apenas vivia da inercia ou do prestigio pessoal do imperador.

Em um momento, na madrugada de 15 de novembro de 1889, uma reacção militar consubstanciou todas as aspirações dispersas, e victoriosamente e sem luta ou resistencia tomou o character de uma revolução e proclamou a *Republica*. Foram os principaes chefes do movimento Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant.

A Republica satisfez a liberdades mais vastas, dando autonomia ás provincias que se tornaram Estados e creando a egreja livre.

O general da revolução, o Marechal Deodoro da Fonseca, foi acclamado chefe do Governo Provisorio. Em 24 de fevereiro de 1891,

a Constituinte consagrava por uma nova lei fundamental a forma de governo, Republica Federativa, proclamada pelos revolucionarios.

De 1889 até hoje (1907) foram presidentes da Republica Federal dos Estados Unidos do Brasil o marechal Deodoro da Fonseca



MARECHAL DEODORO DA FONSECA

(1889-1891), o vice-presidente marechal Floriano Peixoto (1891-1894), o primeiro presidente civil Dr. Prudente de Moraes (1894-1898), o Dr. Campos Salles (1898-1902), Rodrigues Alves (1902-1906) e Affonso Penna (1906-1909), que, tendo fallecido, foi substituido pelo vice-presidente Dr. Nilo Peçanha. Os dois primeiros foram eleitos pela assembléa constituinte.

Nas duas primeiras presidencias houve desintelligencias, que se tornaram graves,

attento o character militar do governo. Com o governo civil de Prudente de Moraes realizou-se a pacificação. Com o de Campos Salles rehabilitou-se o nosso credito, abalado pelas lutas anteriores. Rodrigues Alves realizou o saneamento e a transformação do Rio de Janeiro. Affonso Penna começou o seu programma do povoamento pela imigração, a viação do paiz, desenvolvendo as estradas de ferro entre os Estados e a diffusão do ensino popular.



SYNOPSIS GERAL

Datas e factos

O periodo contemporaneo

1. **Tempos do segundo Imperador** — O reinado de D. Pedro II vae de 1840 a 1889.
Obras de paz e de progresso. Estradas, navegação, vias ferreas, telegraphos. Vida constitucional dos partidos.
Repressão do trafico (1850). Emancipação dos nascituros (1871). Abolição da escravidão (1888).
2. **A Guerra do Paraguay** — Intervenção do Uruguay em favor de Flores.
Tomada de *Paysandú* e *Montevideo* (1865).
Lopez invade Mato Grosso (1865).
A Triplice Alliança.
Riachuelo, Uruguayana, Estero Bellaco, Curuzú, Curupaity, Fuyuty, Humaytá, Itororó, Avahy, Lomas Valentinas, Assumpção, Pirebebuy, Campo Grande, Aquidaban.
Flores, Mitre, Osorio, Porto Alegre. **Caxias** e Conde d'Eu.
3. **A Republica** — Desenvolvimento das idéas democraticas (a abolição, o partido e imprensa republicana).
Revolução de 15 de Novembro (1889). Os presidentes da Republica: Marechal Deodoro, Marechal Floriano, Dr. Prudente de Moraes, Dr. Campos Salles, Dr. Rodrigues Alves, Dr. Affonso Penna e Dr. Nilo Peçanha.

XXIII

Chronologia

- 1500—Descobrimto do Brasil por Pedro Alvares Cabral.
- 1501—A primeira expedição de exploração da terra descoberta (Americo Vespuccio).
- 1530—Expedição de Martin Affonso e Pero Lopes de Souza.
- 1534 e seguintes.—Regimen das Capitánias feudaes.
- 1549—Thomé de Souza. Fundação da Bahia. Vinda dos jesuitas. Nobrega.
- 1553—Vinda de Anchieta e de Duarte da Costa.
- 1555—Os francezes occupam a bahia do Rio de Janeiro.
- 1567—Os francezes batidos e expulsos por Men de Sá.
- 1580—Portugal e o Brasil caem sob o dominio espanhol (1580-1640).
- 1624—Guerra hollandeza (1624-1649). Invasão da Bahia.
- 1630—Invasão do Recife.
- 1637—Governo de Mauricio de Nassau (1637-1643).
- 1648—Batalha dos Guararapes. Segunda batalha no mesmo lugar (1649).
- 1661—Paz com a Hollanda (Tratado de Haya).
- 1684—Revolta de Bekman.
- 1697—Destruição do quilombo dos Palmares.
- 1709—Guerra civil dos *Emboabas* (Minas).
- 1710—Guerra dos *Mascates* (Pernambuco). Invasão do Rio por Du Clerc.

- 1711—Saque do Rio por Du Guay Trouin.
1713—Tratado de Utrecht (limite N. pelo Oyapoc).
1737—Fundação da colonia do Rio Grande.
1750—Tratado de Madrid (Limites do Brasil).
1759—Expulsão dos jesuitas.
1763—Mudança da capital para o Rio de Janeiro.
1777—Tratado de Santo Ildefonso (alteração dos limites ao sul).
1789—Conjuração mineira.
1792—Execução de Tiradentes.
1808—Chegada ao Brasil da Familia Real. D. João VI (1808-1821).
1815—Brasil elevado a reino.
1817—Revolução de Pernambuco.
1820—Revolução constitucional do Porto.
1821—Retirada de D. João VI. O principe D. Pedro regente.
1822—Independencia do Brasil (7 de setembro). D. Pedro I imperador (1822-1831).
1822—A Constituinte.
1823—Bloqueio da Bahia por lord Cochrane.
1824—Revolução em Pernambuco.
1831—Abdicação de D. Pedro I.
1831—Regencia (1831-1840).
1834—O Acto Addicional ou Reforma da Constituição.
1835—Revolução rio-grandense (1835-1845).
1840—Maioridade de D. Pedro II.
1851—Guerra de Rosas.
1865—Guerra do Paraguay (1865-1870).
1871—Lei de 28 de setembro (V. do Rio Branco).
1888—13 de maio. A abolição.

- 1889—Proclamação da Republica (15 de novembro).
- 1890—Congresso constituinte.
- 1891—Constituição republicana (24 de fevereiro). Eleição do general Deodoro da Fonseca. Dissolução do Congresso (golpe de estado, 3 de novembro); revolta da armada e renuncia do Marechal Deodoro (23 de novembro). Governo do vice-presidente Floriano Peixoto.
- 1892—Actos de 11 de abril (deportações de generaes).
- 1893—6 de setembro. Revolta da armada.
- 1894—Rendição dos revoltosos no Rio (13 de março).
- 1894—15 de novembro. Governo do Dr. Prudente de Moraes, primeiro presidente civil (1894-1898).
- 1898—15 de novembro. Governo do presidente Dr. Campos Salles.
- 1902—15 de novembro. Governo do Dr. Rodrigues Alves.
- 1906—15 de novembro. Governo do Dr. Affonso Penna.
- 1909—14 de junho. Governo do vice-presidente Dr. Nilo Peçanha.
-

INDICE

	Pag.
ADVERTENCIA	v
I O descobrimento. Pedro Alvares Cabral	7
SUMMARIO. Descobrimto; a frota de Pedro Alvares Cabral. O <i>Monte Pascoal</i> . A primeira missa. Vera Cruz, Santa Cruz, Brasil. Vaz de Caminha.	
II A primeira exploração. A. Vespucio.	11
SUMMARIO. Primeira expedição; parecer de Americo Vespucio. O reconhecimento do litoral do cabo S. Roque a S. Vicente.	
III Os indios selvagens	15
SUMMARIO. Os indigenas; estado e gráo de civilização. Os tupis e os bugres. Desintelligencia entre os conquistadores e os indios.	
IV A colonização. Capitánias hereditarias.	20
SUMMARIO. D. João III empreehede a colonização. Capitánias e donatarios. Fraqueza e insuccesso da tentativa.	
V Governo geral. Thomé de Souza e Duarte da Costa. Caramurú e Ramalho.	27
SUMMARIO. Os governos geraes. Thomé de Souza. A fundação da capital. Nobrega. Duarte da Costa, Pero Fernandes. Anchieta. Caramurú. Ramalho.	

- VI Men de Sá. Expulsão dos francezes do Rio de Janeiro e mais tarde do Maranhão. 34
 SUMMARIO. I. Men de Sá. Os francezes no Rio de Janeiro. A guerra da expulsão dos francezes. Estacio de Sá. Fundação da cidade do Rio. Salvador Corrêa. II. Dominio espanhol. Os francezes no extremo norte (Maranhão).
- VII A guerra hollandeza. Invasão, perda e restauração da Bahia. 40
 SUMMARIO. CAUSAS das invasões. A *Companhia* hollandeza das *Indias*. Invasão e perda da Bahia. Restauração do dômínio portuguez.
- VIII Ainda a guerra hollandeza. Invasão de Pernambuco. Guerra da libertação 45
 SUMMARIO. I. Lencq toma o Recife. Mathias de Albuquerque no *Arraial do Bom Jesus*. Calabar. Os heroes da resistencia : Camarão, Dias, Negreiros. II. Mauricio de Nassau. A insurreição. Guararapes. Taborda. A paz.
- IX O monopolio. Rebellião de Bekman. 61
 SUMMARIO. A companhia de commercio. Rebellião popular. Gomes Freire, pacificador.
- X Revolução nativista. *Mascates* 67
 SUMMARIO. Rivalidade entre Olinda e Recife. A luta e a pacificação.
- XI Revolução nativista. *Emboabas* 73
 SUMMARIO. Povoamento das minas. Rivalidades e lutas entre paulistas e forasteiros alcunhados de *Emboabas*. Nunes Vianna.
- XII Francezes no Rio de Janeiro. Du Clerc e Du Guay Trouin. 79
 SUMMARIO. I. Expedição de Du Clerc. Capitulação. II. Expedição de Du Guay Trouin. Tomada do Rio de Janeiro.

XIII	As guerras do Sul. A colonia do Sacramento. As missões do Uruguay.....	86
	SUMMARY. A fundação da colonia do Sacramento, no Rio da Prata. Tratado de limites. As Mis- sões. Expulsão dos jesuitas, 1759. Ceballos. Tratado de Santo Ildefonso, 1777.	
XIV	O espirito de autonomia. Conspiração mineira.	93
	SUMMARY. O espirito de autonomia no seculo XVIII. A conspiração mineira : Gonzaga, Clau- dio Manoel, Alvarenga, Tiradentes. Condemna- ção dos conjurados. Execução de Tiradentes.	
XV	Refugio de D. João VI no Brasil	98
	SUMMARY. Os francezes em Portugal. D. João VI refugia-se no Brasil. Acto regio do commercio livre, 1808. O Brasil, reino, em 1815.	
XVI	A revolução de 1817.....	103
	SUMMARY. Causas geraes da revolução republi- cana de 1817. Os protagonistas : Padre <i>Migue- linho</i> , Pessoa, Martins, Theotonio Jorge, Pa- dre <i>Roma</i> (Abreu e Lima). A submissão.	
XVII	A independencia e o imperio	109
	SUMMARY. A partida de João VI. Dom Pedro, go- vernador do Brasil. José Bonifacio. José Cle- mente—O <i>Fico</i> . O Sete de Setembro (1822).	
XVIII	O primeiro imperador (D. Pedro I).....	116
	SUMMARY. A submissão. A esquadra de Cochrane. Politica interior. O Sete de Abril.	
XIX	A Regencia	121
	SUMMARY. As regencias. A regencia provisoria. A regencia trina permanente. Regencia una. Diogo A. Feijó. A maioridade.	

	Pag.
XX Tempos do segundo imperador (D. Pedro II). SUMMARIO. Factos geraes. Progresso e liberdades. A abolição da escravidão.	127
XXI A guerra do Paraguay.....	130
SUMMARIO. A questão do Uruguay. Invasão de Mato-Grosso. A triplice alliança. A campanha do Paraguay. Morte de Solano Lopez.	
XXII A abolição da escravidão. Republica.....	143
SUMMARIO. A proclamação da Republica. Deodoro e os seus successores.	
XXIII Chronologia.....	149



Publicações da LIVRARIA FRANCISCO ALVES

Novos Cadernos de Linguagem (com gravuras para descrições e composições). Serie de 10 cadernos oblongos, cada caderno..... \$200

Elementos de Medicina Legal, pelo Dr. Afranio Peixoto. 1 vol. illustrado, de 523 pags., enc..... 12\$000

Livro de Composição, para o curso complementar das escolas primarias, approved pelo Conselho Superior de Instrução Publica da Capital Federal, etc. etc., 2ª edição, revista e augmentada. 1 vol. de 224 pags. in-16, cart..... 4\$000

Os Progressos do Brasil — População — Immigração — Orçamento — Commercio Internacional — Caminhos de Ferro — Navegação. 1 vol. in-4 fr..... \$500

Corographia do Brasil, compendio, pelo Dr. Feliciano Pinheiro Bittencourt. 1 vol. com mappas e illustrações. 3\$000

Direito do Estrangeiro no Brasil, pelo Dr. Rodrigo Octavio. 1 vol. de 366 pags. in-8, br: 10\$, enc..... 13\$000

A Mulher e a Sociogenia, pelo Dr. Tito Livio de Castro, 1 vol. de 407 pags. in-8, br. 6\$, enc..... 8\$000

Paixão de Maria do Céu, romance, por Carlos Malheiro Dias. 1 vol. de 385 pags., br. 3\$, enc..... 4\$000

Poesias, por Olavo Bilac, 4ª edição. 1 vol. de 277 pags., br. 3\$, enc. 4\$, com folhas douradas..... 5\$000

Poesias, por Emilio de Menezes. 1 vol. de 104 pags., br. 2\$, enc..... 3\$000

Vocabulario Etymologico, Orthographico e Prosodico das palavras portuguezas derivadas da lingua grega, pelo Dr. Ramiz Galvão. 1 vol. de 607 pags., enc. em percalina 6\$, com dorso de carneira e nervos 7\$, com dorso de chagrín e nervos..... 8\$000

Codigo Commercial do Brasil, pelo Conselheiro Orlando, 6ª edição completamente refundida e augmentada até aos nossos dias. 2 bellos vols. in-8 fr. impressos com typos novos e bom papel..... 40\$000

Os livros indicados neste catalogo serão remettidos para qualquer lugar do Brasil, sem augmento de porte do Correio, se o pedido vier acompanhado da respectiva importancia em: *valle postal*, *sellos do Correio* ou *dinheiro em carta registrada* com valor declarado.